

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: notícias gerais

Período de Análise: 01/08/2016 a 31/08/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Site eletrônico do MDS
Site eletrônico do MDA
Site Eletrônico do MMA
Site eletrônico do INCRA
Site eletrônico da CONAB
Site eletrônico do MAPA
Site eletrônico da Agência Carta Maior
Site Eletrônico da Fetraf
Site Eletrônico da MST
Site Eletrônico da Contag
Site Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira.

Índice:

PERNAMBUCO: Conab participa de evento da agricultura familiar. – Site da Companhia Nacional de Abastecimentos (CONAB). 01/08/2016	6
FETRAF Bahia chama atenção para valorização da agricultura familiar e mais espaços para exposição. – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 01/08/2016.....	6
Direitos Humanos discute aumento da violência no campo. – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 01/08/2016.....	8
Preso político do MST recebe visita de Bispo na carceragem. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 01/08/2016.	9
FAEMG apresenta propostas para reduzir violência no campo. – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 02/08/2016	12
PERNAMBUCO: Conab firma novos contratos do PAA. – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 02/08/2016	13
Leonardo Boff: “Quem vai derrotar o capital será a Terra”. Camila Hoshino e Camila Rodrigues da Silva. Site do MST, 02/08/2016.	14
Dados sobre safra agrícola são referência mundial. – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 03/08/2016	20
Impunidade é apontada como causa de violência no campo em audiência pública. – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 03/08/2016	20
CONTAG se solidariza com os seis dirigentes camponeses presos e condenados injustamente no Paraguai. – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 03/08/2016	22
Via campesina realiza encontro de Direitos Humanos no Brasil. - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 03/08/2016.	23
Famílias de ocupação em Seringueiras (RO) sofrem nova tentativa de expulsão. – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 05/08/2016.....	26

Mulheres assentadas no Amazonas recebem prêmio nacional de empreendedorismo.	
– Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/08/2016	28
Agricultores Familiares de Santa Catarina são contra a Reforma Previdenciária e constroem carta de repúdio.	
- Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 05/08/2016.....	29
Juventude Sem Terra se mobiliza em todo o país durante 7ª Jornada.	
- Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 08/08/2016.....	30
Ministro assina protocolo com setor privado para apoiar atuação da Embrapa na área de fruticultura.	
– Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 09/08/2016.....	31
Dinheiro público é usado para pagar dívida para credores secretos: CONTAG participa do lançamento da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular.	
Lívia Barreto – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 10/08/2016	32
Rui Prado entrega homenagem a governador Pedro Taques em Congresso da Abag.	
– Site da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). 10/08/2016	33
Lucro da Cargill sobe no 4º trimestre fiscal de 2016.	
– Site do Valor Econômico. 10/08/2016.....	34
Fetraf-RS participa do Grande Expediente sobre o Golpe à Agricultura Familiar.	
- Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 10/08/2016	35
7ª Jornada da Juventude Sem Terra promove ações por terra e educação em todo o país.	
- Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 11/08/2016. .	38
Agricultor familiar é foco de campanha do CAR.	
- Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 15/08/2016	41
FAESE participa de reunião entre produtores de milho e instituições bancárias.	
– Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 16/08/2016	42
Ruralista vai a novo julgamento por morte de trabalhador Sem Terra.	
- Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 17/08/2016.....	44
Monsanto quer ser a Amazon da agricultura.	
Jacob Bunge – Site Valor Econômico. 18/08/2016.....	47

Fetraf denuncia a retirada de direitos dos trabalhadores no Dia Nacional de Luta e Mobilização, em Porto Alegre. – Site da Federação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 18/08/2016.....	48
Durante encontro, Via discute criminalização dos Movimentos e direitos camponeses. Íris Pacheco - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 19/08/2016.....	50
Os danos ambientais do neoliberalismo. Baher Kamal - Carta Maior, 19/08/2016... 53	
Quem são os responsáveis por mais essa morte no campo? Layza Queiroz e Luciana Pivato - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 19/08/2016.	56
MST lamenta a morte de militante Sem Terra. - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 19/08/2016.....	60
Aquisição da Syngenta pela ChemChina é aprovada por comissão nos EUA. Dow Jones Newswires – Site O Estado de São Paulo. 22/08/2016	61
“Não descansaremos enquanto não libertarmos todos os nossos presos políticos”, afirma Via Campesina. Íris Pacheco - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 22/08/2016.	63
Leilões da Conab venderam 23,8 mil t de milho. – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 23/08/2016	66
Legisladores dos EUA vão analisar onda de fusões no setor agrícola. Dow Jones Newswires – Site O Estado de São Paulo. 23/08/2016	67
Fetraf busca parcerias para melhorar a vida de agricultores familiares no campo. – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 22/08/2016	68
Ministro incentiva superintendentes federais de Agricultura a tomarem decisões de gestão. – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 25/08/2016.....	69
A Medida Provisória que cria mecanismos para renegociação de dívidas dos produtores rurais é aprovada em Comissão Mista. – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 25/08/2016	70

“Todas as nossas conquistas correm riscos de serem anuladas”, alerta advogado popular Jacques Alfonsin, da Renap, participa de Seminário debate Democracia, Direitos Humanos e Acesso à Justiça em Porto Alegre. Catiana de Medeiros - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 26/08/2016.....	72
Pistoleiros atacam trabalhadores rurais em Roraima. – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/08/2016	75
Fetraf ajuda agricultores familiares realizarem sonho de plantar em suas próprias terras. – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 29/08/2016.....	76
Fetraf une-se aos movimentos pela defesa da democracia. Patrícia Costa - Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 29/08/2016	77
A fala de Dilma, a votação do impeachment e o mundo paralelo da mídia. – Site da Carta Capital. 31/08/2016.....	78

PERNAMBUCO: Conab participa de evento da agricultura familiar. – Site da Companhia Nacional de Abastecimentos (CONAB). 01/08/2016

A Companhia Nacional de Abastecimento estará, nesta semana, na cidade de Carpina, apresentando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos seminários regionais “Organização Socioprodutiva da Agricultura Familiar – O caminho para o acesso ao PAA e ao PNAE”.

Os encontros são promovidos pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco em parceria com a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (Sara).

As palestras começam às 10h e têm como objetivo informar agricultores familiares sobre as regras de programas federais de apoio aos pequenos produtores, como o PAA e PNAE, buscando solução para as dificuldades de operacionalização ainda existentes. O primeiro encontro aconteceu nos dias 20 e 21, em Triunfo. O segundo será realizado nos dias 2 e 3 no bairro de São José, em Carpina. O último será nos dias 4 e 5 no centro de Carpina.

FETRAF Bahia chama atenção para valorização da agricultura familiar e mais espaços para exposição. – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 01/08/2016

Durante os três dias da 10ª edição da Festa do Milho e Feira da Agricultura Familiar, em Santo Estevão (BA), a 150 km da capital, com muito samba de roda, a exposição de artes e biscuit, o resgate da cultura popular e mesas de debates marcaram a edição da festa, que acontece todos os anos, após os festejos juninos. Com 120 expositores arrumados em barracas pela praça central da cidade, em formato de carrossel mais das 10 mil pessoas frequentaram a Feira da Agricultura Familiar.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Agricultores Familiares de Santo Estevão (SINTRAFSE) Otávio Dias, é uma oportunidade de expor e valorizar o trabalhador rural. “Estamos passando por mudanças de cultura, de personalidade, as pessoas usam internet, o que tem aqui agora está do outro lado do mundo, ao mesmo tempo, é papel dos movimentos sociais, organizar e divulgar nossa cultura, além disso,

debater de forma correta e conectada com essa nova forma de pensar e ler das pessoas sobre políticas públicas e direitos”, defendeu o presidente Otávio Dias. Ao comando da Conceição Borges (vice presidente da CUT Bahia) o Samba de Roda, animou a festa, “estamos não só nos divertindo estamos comemorando as chuvas estão caindo vamos plantar feijão, mandioca e tudo que nossa terra dá”, dançando e comemorando as chuvas falou Conceição.

Para o coordenador da FETRAF BAHIA Rosival Leite são espaços democráticos como a festa do milho que geram oportunidades, “Os conflitos existentes no campo refletem as desigualdades econômicas e sociais que se firmam com os latifúndios, como meio de sobreviver no campo, os pequenos produtores procuram alternativas que lhe assegurem um meio de viver com dignidade, então suas feiras, exposições, armazém organizados, associações, cooperativas e todos os sindicatos devem se organizar para fortalecer a agricultura familiar e economia solidária, precisamos lutar e defender políticas públicas dignas para homem do campo e estamos nesta luta por direitos”, comentou Rosival.

No Centro de Cultura e Arte, localizado no centro da praça, concentrou os mais de 100 líderes de associações comunitárias e muitos agricultores familiares para o debate, com o tema “Campo com gente e seus direitos”, com a participação da Edilsa Reis (BahiaTer), Elisangela Araujo (Fetrafr Bahia), Cedro Silva (CUT Bahia), Silvânia Silva do SINTRAF FEIRA, Patrícia da Rede de Produtoras e Lariane da INICAFS.

De acordo com a secretária geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Bahia (Bahia) Elisangela Araujo, o campo é algo importante e fundamental para o desenvolvimento social e econômico das cidades, “estamos com 54% da produção da agricultura familiar, além de sempre estarmos sendo o equilíbrio da economia local, por produzirmos e realizar vendas diretas, somos com certeza o grande diferencial para uma sociedade”, explicou Elisangela que alerta, “sei que estamos com um governo, não é legítimo, mais independente, queremos e precisamos do nosso Ministério de Desenvolvimento Agrário, ele nós representava, por ter pessoas que conheciam do campo e de gente da roça, não queremos acadêmicos que não saibam da realidade, queremos gente que entenda de gente e da agricultura familiar e economia solidária”, desabafa.

Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT Bahia) Cedro Silva, a feira é um espaço de democracia e amplia o debate, “aqui é uma escola onde podemos aprender e replicar, isso que precisamos buscar nas feiras, exposições e manifestações, que todos

possam ser valorizados e para nossa Bahia, que tem a agricultura familiar forte é necessário uma defesa maior e vamos lutar por direitos dos homens e das mulheres do campo”, comentou Cedro, que desabafou, “ precisamos mostrar para todos que juntos somos mais fortes, precisamos de mais políticas públicas que representem a nossa classe e valorizem os baianos e os brasileiros com dignidade e respeito”. Para Edilsa Reis da BahiaTer o respeito ao povo do campo e a evolução social vem com números, “o salto do atendimento pronaf é muito representativo de 100 para mais de 3mil”, pontual Edilsa que parabenizou o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santo Estevão (SINTRAFSE) pelo trabalho.

O debate contou com reflexões que pontuaram na mesma linha, a dos direitos e deveres de cada um, das oportunidades através dos projetos e da luta por mais conquistas independentes de quem esteja no poder. A mesa “Campo com gente e com direitos”, encerrou como iniciou com muito samba de roda e cânticos que falam da luta do homem e da mulher do campo e por direitos iguais para zona urbana e rural.

Direitos Humanos discute aumento da violência no campo. – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 01/08/2016

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias discute nesta terça-feira (2) o crescimento da violência no campo e as políticas públicas que estão sendo adotadas para seu enfrentamento. O deputado Patrus Ananias (PT-MG), um dos parlamentares que pediu a realização do debate, afirma que o relatório Conflito no Campo Brasil - publicado em 2016 e produzido pela Comissão Pastoral da Terra – mostra que, em 2015, houve 1.217 conflitos no campo envolvendo mais 816 mil pessoas.

“Foram 50 casos de assassinatos, ante 36 casos em 2014. De 2001 até junho de 2016, conforme dados da Ouvidoria Agrária do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, ocorreram 220 homicídios decorrentes de conflitos, além de 584 homicídios não decorrentes de conflitos e 194 homicídios em investigações, totalizando 998 mortes neste período”, contabiliza Ananias, que foi ministro do Desenvolvimento Agrário no governo Dilma.

“Como em anos anteriores, a violência se concentrou de forma, pode-se dizer espantosa, na Amazônia, onde foram computados 47 dos 50 assassinatos – 20 em Rondônia, 19 no Pará, 6 no Maranhão, 1 no Amazonas, 1 no Mato Grosso”, detalha o deputado Luiz Couto (PT-PB), que também propôs a realização da audiência.

Já o deputado Padre João (PT-MG), que também pediu a discussão sobre o assunto, chama a atenção para os casos de violência ocorridos no estado do Paraná. “No último dia 7 de abril dois trabalhadores sem-terra foram assassinados em Quedas do Iguaçu (PR). Outras dezenas resultaram feridos. Ao que indicam os depoimentos dos trabalhadores, camponeses do acampamento Dom Tomás Balduino teriam sido atacados por policiais militares, dentro de uma área já declarada como de propriedade da União.”

Padre João, que preside a Comissão de Direitos Humanos, afirma que o estado tem um quadro persistente de violência no campo. “O conflito agrário na região envolve um clima forte de hostilidade. Policiais e proprietários atuam ameaçando trabalhadores rurais e instigando a violência contra eles. Há suspeita de forte parcialidade da polícia e dos agentes inclusive da cúpula do Estado”, denuncia. “Há relatos ainda de negativa de serviços públicos a famílias acampadas”, afirma o parlamentar.

Segundo Patrus Ananias, esses números são consequência da impunidade na investigação e na punição dos executores a autores dos crimes. Em março de 2015, a Comissão Pastoral da Terra publicou um relatório sobre a violência no campo, entre 1985 e 2013, mostrando que, dos 1.270 casos de homicídios registrados no País durante esse período, menos de 10% foram a julgamento. “As mortes de 1.680 vítimas, com apenas 108 julgamentos realizados, sinalizam a impunidade do sistema brasileiro”, critica o deputado.

Ananias cita ainda um relatório sobre violência contra os povos indígenas, produzido pelo Conselho Indigenista Missionário, referente a 2014, que aponta um aumento dos casos de violência e violações contra os índios. “No período, 138 índios foram assassinados, contra 97 do ano anterior. Os fatores de estímulo à violência são antigos e decorrem fundamentalmente da negação do direito à terra, da disputa em torno de áreas indígenas e conflitos possessórios”, afirma o parlamentar.

Preso político do MST recebe visita de Bispo na carceragem. Site do MST, 01/08/2016.

José Valdir Misnerovicz é vítima da perseguição da elite de Goiás, que tenta criminalizar o MST.

No último dia 27/07, o bispo da Diocese de Ipameri-GO, Dom Guilherme Antônio Werlang, visitou o preso político Valdir Misnerovicz, perseguido pelo poder judiciário de Goiás, como braço institucional do grupo empresarial Naoum, dono da Usina Santa Helena, com diversas dívidas trabalhistas e passivos ambientais. O eclesiástico redigiu um depoimento emocionado sobre sua visita e a força de resistência de Valdir e seus companheiros. Leia na íntegra:

Ipameri, 27 de julho de 2016.

Dom Guilherme Antonio Werlang - MSF
Por Graça de Deus e Vontade da Sé Apostólica
Bispo da Diocese de Ipameri, GO.

“Para que todos tenham vida” (Jo 10,10).

VISITA AO JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ

Hoje, dia 27 de julho, eu, Dom Guilherme Antonio Werlang – MSF - Bispo Diocesano da Ipameri, GO e Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, acompanhado da Ângela Cistina, dos Direito Humanos e do Padre José Chiarini, CRIC, tive a oportunidade de visitar nosso grande líder dos Movimentos Sociais, em especial do MST e um exímio negociador de justiça e paz e contra o uso da violência nos conflitos de Terra e amigo pessoal, Sr. José Valdir Misnerovicz.

O Valdir está preso já a quase dois (2) meses no Conjunto Prisional de Aparecida de Goiânia e por tudo o que conheço dele, as acusações que lhe são atribuídas carecem de fundamento e contradizem completamente a sua vida e luta pela paz e justiça na terra.

Nestes últimos anos em que se intensificaram as ocupações de terras aqui no Goiás, quantas e quantas vezes eu fui chamado pelo Valdir para ajudar a EVITAR confrontos e derramamento de sangue, seja dos Sem Terra, seja de policiais ou empregados e mesmo detentores das terras.

Outras tantas vezes fui procurado por autoridades do comando do policiamento estratégico para estes casos; do Ministro do Desenvolvimento Agrário e outras autoridades para que falasse com o Valdir para que os membros do Movimento dos Sem Terra aceitassem negociações de desocupação e intermediasse condições de saída e de promessas de assentamentos.

Desde que o Valdir assumiu este papel negociador NUNCA MAIS HOUE MORTE OU CONFRONTO ENTRE OS SEM TERRA E A POLÍCIA.

Todos sempre o respeitaram e reconheceram nele este homem que lhe deu o respeito que tem.

Conversamos sobre tudo isso e senti que, embora triste pela injustiça que sofre e a liberdade que lhe foi retirada, continua forte, confiante e sonhador de que o Brasil ainda será um país justo para todos os brasileiros e brasileiras, em especial dos que querem ter o direito à trabalhar e viver na terra.

Senti que todos, autoridades prisionais, funcionários e companheiros de cela lhe tem um profundo respeito.
Graças a Deus ele pode trabalhar na horta, pomar e cozinha, mas evidente que aí não é seu lugar.

Hoje me disse que sente muita falta do chimarrão, o que lhe causa dor de cabeça e eu, por experiência, sei que isso é verdade.

Ele agradece todo o apoio que está recebendo e em especial as visitas e dos que continuam na organização social dos empobrecidos da terra.

COMUNICO AOS MEUS IRMÃOS BISPOS QUE CADA SEMANA É PERMITIDA A VISITA DE UM BISPO – VISITA DE ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL - E QUE CADA BISPO PODE LEVAR SEMPRE MAIS DUAS PESSOAS CONSIGO.

Estamos neste momento, com assessoria jurídica, tentando encontrar uma solução para o caso do Valdir e demais lideranças sociais que estão sendo criminalizados.

É uma luta de desiguais, mas com fé em Deus e apoio das Igrejas e da sociedade organizada, esperamos que a Justiça se faça e o a Valdir logo mais esteja em liberdade.

O Papa Francisco disse aos participantes do Encontro Mundial dos Movimentos Populares, em Roma, no dia 30/10/2014, ao citar o Compêndio da Doutrina Social da Igreja que “a Reforma Agrária é, além de uma necessidade política, uma obrigação moral”.

Coragem, Valdir!

Fé em Deus.



Dom Guilherme Antonio Werlang, M.S.F.

Bispo Diocesano de Ipameri

FAEMG apresenta propostas para reduzir violência no campo. – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 02/08/2016

O presidente da FAEMG, Roberto Simões, participou nessa segunda (1/8) de debate público realizado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre a falta de segurança pública na área rural. Em seu pronunciamento, destacou pontos que considera estratégicos para reverter o problema: “Precisamos de uma polícia especializada no campo e

ampliação de efetivo. Precisamos de uma força policial mais orientada à nossa realidade, com serviço de inteligência, investigação e integração com os produtores”.

Também solicitou a reativação de postos e barreiras de fiscalização, coibindo o livre trânsito, as estradas, de cargas roubadas, e mais investimentos em telefonia móvel e acesso à internet na área rural, evitando o isolamento do produtor e sua família. Pediu também aos parlamentares e à população que acompanhem e pressionem o andamento de projetos de lei federais ligados ao tema, como o Projeto de Lei Federal 3.722/12, que altera o Estatuto do Desarmamento, ampliando a utilização de armas nas propriedades rurais, e o PL 6999/13, que aumenta a punição para crime de furto e receptação de gado, e só espera sanção do presidente.

“Sinto que falta vontade de resolver as coisas. Nunca tivemos no governo tanta gente tão conhecedora do nosso setor e problemas, mas as soluções não estão existindo. Precisamos destas reuniões constantes e monitoramento do que está acontecendo. Só mesmo juntos, é que conseguiremos melhorar a situação”, disse o presidente da FAEMG.

Roberto Simões questionou ainda a falta de recursos: “42% do PIB mineiro, em 2015, foi gerado na agropecuária. Será que não há dinheiro para proteger um setor que gera tanta renda e emprego? Ninguém pode nos socorrer?”.

PERNAMBUCO: Conab firma novos contratos do PAA. – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 02/08/2016

Sete associações e cooperativas de Pernambuco firmaram novos contratos com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para fornecimento de mix de carne de caprino e ovino e de produtos hortifrutigranjeiros. Os produtos da agricultura familiar serão comprados por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação simultânea, com investimento de R\$ 2,9 milhões.

A Associação dos Agricultores Desportistas e Pecuáristas de Caititu foi contemplada com R\$ 192 mil, a Associação dos Agricultores de Poço Dantas e adjacências – AAPODA recebeu R\$ 231 mil, a Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Dormentes foi contemplada com R\$ 799 mil, a Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Umbuzeiro Santo recebeu R\$ 295 mil, a Associação dos Pequenos Produtores do Distrito

de Lagoa de Fora recebeu R\$ 256 mil, a Associação dos Pequenos Produtores do Sítio Mudubim ficou com R\$ 295 mil e a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Sítio Miguel foi contemplada com R\$ 800 mil.

Todas as associações fornecerão um mix de carne de caprino e ovino, com exceção da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Sítio Miguel que fornecerá produtos hortifrutigranjeiros. Os produtos serão doados para Sesc Mesa Brasil, Associação Clarinha, Associação Gunça, Associação Pé de Serra e Fundo Municipal de Assistência Social de Itapetim, para atendimento a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Leonardo Boff: “Quem vai derrotar o capital será a Terra”. Camila Hoshino e Camila Rodrigues da Silva. Site do MST, 02/08/2016.

Para teólogo, sociedade já começa a produzir alternativas de vida a partir do cuidado com a “Casa Comum”.

A humanidade não será capaz de derrotar o capital, mas já começa a organizar novos padrões de sociedade que podem evitar o fim do planeta. Essa é a análise do teólogo, escritor e professor Leonardo Boff sobre o futuro da “Casa Comum”, termo cunhado pelo Papa Francisco para se referir ao mundo em que vivemos.

“Eu acho que não conseguiremos derrotar o capital com os nossos meios. Quem vai derrotar o capital será a Terra, negando meios de produção, como água e bens de serviço, fazendo com que fechem suas fábricas, que terminem grandes projetos ilusórios de crescimento”, projeta.

Em entrevista exclusiva ao Brasil de Fato e ao Jornalistas Livres durante a 15ª Jornada de Agroecologia, Boff também mostra otimismo ao identificar novos modelos de organização, que têm como objetivo central a subsistência e o cuidado com a natureza, como os ensaios de biorregionalismo.

“Há mais de 1010 lugares onde se tenta viver de forma sustentável, superando os limites artificiais que os seres humanos estabeleceram que são os municípios e regiões geográficas”, explica.

O teólogo também comenta o cenário político que antecede a votação do impeachment no Senado. “Se Dilma tiver que sair, posso imaginar que esse país irá parar, porque Temer é um presidente que não tem legitimidade, que é refém de si mesmo e que não pode sair às ruas sem ser vaiado”, pontua.

Confira a entrevista abaixo:

Há duas categorias básicas sem as quais nós não garantimos o futuro de uma nova civilização. A primeira é a sustentabilidade, que garante a manutenção dos seres e sua reprodução para nós e para as futuras gerações.

Mas a sustentabilidade sozinha não tem força intrínseca de se realizar. Ela precisa do cuidado. O cuidado proporciona uma relação contrária à agressão da modernidade, que é violenta, que destrói, que exaure os ecossistemas.

Então, o cuidado não é apenas um gesto, mas um paradigma. Isso significa um conjunto de valores, de ciclos, de atitudes que tenham como efeito a proteção e a manutenção daquilo que existe e daquilo que vive. A categoria cuidado tem uma função de pilastra que sustenta um novo ensaio civilizatório.

É importante o que o Papa deu como título da encíclica: “Cuidando da Casa Comum”. Se nós não cuidarmos da nossa casa ela vira uma tapera e ninguém mora numa tapera. Ela vai perdendo a chamada biocapacidade, que é sua capacidade de produzir vida e pode ameaçar o futuro da espécie humana e a vida da natureza.

Nós chegamos a um ponto em que é fundamental cuidarmos de tudo e responsabilizar-nos pelos seres que estão aí, porque a biodiversidade, que é a relação de todos com todos, cria aquela teia que sustenta a todos e leva o processo avante.

A agroecologia entendeu que ela deve produzir segundo os ritmos e a lógica da natureza, não segundo a lógica da produção que é a superexploração. É preciso tirar dela o que precisamos, mas deixar tempo para ela se auto-reproduzir e para continuar dando para nós e para a comunidade de vida.

Não basta só produzir elementos bons para a saúde humana, a agroecologia implica uma relação nova com a natureza. É uma relação de respeito e de cooperação. Nós estamos em cima dela não de pulso cerrado como quem domina, mas com as mãos estendidas como quem acaricia.

Biorregionalismo, um outro modelo de relação com a Terra

Hoje, há pelo menos 1010 ensaios de biorregionalismo, que trazem um desenvolvimento adequado a uma biorregião, a um território. Aproveitam-se os meios, bens e serviços que a natureza dá, produzindo de forma coletiva pequenas empresas absolutamente de forma orgânica, conhecendo a tradição daquele território, conhecendo como foram feitas as suas montanhas, como são seus rios.

Essas experiências iniciaram na Escócia e foram se espalhando pelo mundo. Hoje, há muitas comunidades na Índia, em Minas Gerais, no Brasil. Não saberia dizer os países, mas sei dizer os números. Há mais de 1010 lugares onde se tenta viver de forma sustentável, superando os limites artificiais que os seres humanos estabeleceram que são os municípios e regiões geográficas. Dentro desses espaços se procura aproveitar de forma mais racional. É uma economia da subsistência e não da acumulação.

Entende-se que é preciso melhorar as matas ciliares para que as águas continuem abundantes, as empresas pequenas para não termos que transportar de outros mercados, gastando petróleo e poluindo mais, integrar as pessoas, conhecer a história da região, a culinária, as pessoas notáveis que lá viveram, seus poetas, seus artistas, seus cantadores. É a ‘Casa Comum’ mesmo. É não ver a Terra apenas como um modo de produção, que é o que o capitalismo faz a partir de uma visão meramente instrumental.

Percebo viajando que há uma consciência nova que está surgindo. E se partimos da interpretação de que a Terra é um organismo vivo, de que há vida em cima dela, de que há propósito, ela mesma suscitará novos imaginários, novas utopias, novas maneiras de produzir e construir as casas, de utilizar bens e serviços de modo que se reduza a pobreza a formas responsáveis e suportáveis.

Essas biorregiões precisam ser abertas a outras comunidades, porque há coisas que não conseguem manter como, por exemplo, luz e internet. Então, por todas as partes é isso que nos dá esperança. O ser humano está tomando consciência do risco que ele corre e que ele pode, com tecnologia e inteligência, encontrar saídas salvadoras.

Mudanças culturais e políticas

Nós temos um grande problema, porque, teoricamente, nós desmontamos o sistema do capital. Sabemos que ele comete duas injustiças. De um lado, ele acumula muita riqueza em poucas mãos enquanto existe uma imensa pobreza. Essa é a injustiça social.

E ele comete uma injustiça ecológica devastando inteiros ecossistemas, produzindo verdadeiros desertos, especialmente a mineração. O capitalismo é um sistema bom para produzir riqueza, mas péssimo para produzir igualdade e justiça.

Mas nós somos vítimas ainda da cultura do capital que é a sua grande força, que nos obriga a trocar, de tempos em tempos, o celular, o tênis, seguir a moda, comprar seus produtos que estão em abundância. Então ele nos faz consumistas. Mudar isso exige educação e pensamento. Estamos bastante atrasados.

A partir dos últimos dados que a ONU publicou, sabemos que precisamos de 24 elementos que são fundamentais para sustentar a vida, a água, o solo, o clima, as fibras, os metais fundamentais para construirmos instrumentos, entre outras coisas. Desses 24, 15 estão em alto grau de erosão. Dois destes elementos podem significar o colapso da nossa civilização: a falta de água e o aquecimento global. O cruzamento dos dois pode produzir um desastre mundial com a fome de milhões de pessoas que não vão aceitar o veredicto de morte sobre elas. Pode ser uma catástrofe mundial.

Irrracionalidade do capital

O sistema do capital se dá conta de que ele não consegue se reproduzir. Ele só faz mais do mesmo. Isso Marx já dizia. Quando o capital se esgota a partir dos bens que ele pode explorar, ele vai explorar o dinheiro. Hoje o capital se utiliza da especulação. São 60 trilhões que estão na produção, produzindo carros, geladeiras, sapatos e 300 trilhões que estão na bolsa, na especulação, no dinheiro virtual que não existe, mas que pessoas trocam e negociam. O grande propósito histórico desse sistema é acumular o máximo possível.

Eu acho que não conseguimos derrotar o capital com os nossos meios. Quem vai derrotar o capital será a terra, negando meios de produção, como água e bens de serviço, fazendo com que fechem suas fábricas, que terminem grandes projetos ilusórios de crescimento.

Mas ele pode produzir grandes consequências negativas para a humanidade. Ele desestabiliza governos para implementar o neoliberalismo, que é a máxima acumulação de capital. Nos Estados Unidos, 1% acumula o correspondente a 90% da população. No Brasil, 71 mil pessoas controlam mais da metade de renda nacional. E com esse dinheiro manipulam o Estado, compram políticos e manejam o funcionamento da economia. Isso mostra a irracionalidade do sistema.

Então, nós estamos numa crise sistêmica. Por isso temos que conscientizar as pessoas, temos que ser chatos no sentido de retomar continuamente as questões ecológicas. O Papa escreve a Encíclica não para cristãos, mas para a humanidade. O tempo do relógio corre contra nós. Ou mudamos agora ou será tarde demais.

Dois sistemas em jogo

O que está em jogo são dois sistemas. Um sistema que supõe uma sociedade menor para 20% das pessoas, que terão os melhores produtos. É o projeto de uma sociedade mais fechada, de uma democracia mais reduzida, de baixa representatividade, que é o neoliberalismo puro.

E o segundo projeto que existe é o de uma democracia mais aberta, que se abre para questões sociais, visando inclusão dos que historicamente estavam excluídos. Esse era o projeto do Partido dos Trabalhadores (PT) e de seus aliados, que buscava criar significativas políticas sociais para matar a fome para propiciar casa, luz, acesso a bens, crédito consignado e formas de organizarem cooperativas, apoio à agroecologia. etc. Essa ainda não é a solução, mas já abre um caminho de esperança.

Mas não basta só criar consumidores, fazer com que pessoas tenham acesso a bens. É preciso criar um cidadão crítico, que critica o sistema, que quer uma democracia não só representativa, mas participativa, que quer uma escola melhor, transporte melhor, espaços de cultura e de lazer. Isso não foi tão acentuado no projeto do PT e de seus aliados. Fez-se bastante, mas a fraqueza é que, com a crise, esses que eram apenas consumidores e saíram da fome, correm risco de voltar à antiga miséria. Se fossem cidadãos críticos, buscariam caminhos alternativos.

Então, há duas visões de mundo que se chocam e aqui vem a pergunta: qual delas carrega uma esperança de futuro? Não é a primeira, porque ela já que tem 200 anos produzindo desgraça na maioria dos continentes. Essa nova democracia aberta, mais humana e mais amiga da vida, é que é portadora de esperança. Ela está acumulando energias até produzir um tsunami de boa vontade e criatividade. Aí sim começa para mim o século XXI.

Cenário Dilma ou Temer

A situação atual política do Brasil é extremamente confusa. É uma espécie de voo cego e ninguém pode dizer para onde nós vamos. Se o impeachment se confirmar e Dilma tiver

que sair, posso imaginar que esse país irá parar, porque Temer é um presidente que não tem legitimidade, que é refém de si mesmo e que não pode sair às ruas sem ser vaiado.

Ele tem baixíssima aceitação popular. Ele irá criar um problema social que irá desembocar em um problema político. Isso se dá principalmente pela montagem extremamente excludente que fez, pelo ataque aos programas sociais inaugurados pelos governos de Dilma e Lula. Essa situação vai forçar possivelmente a um plebiscito e voltaremos ao primeiro parágrafo da Constituição que diz que é o povo quem deve decidir, pois é ele o sujeito do poder.

O outro cenário é que Dilma volte. E há uma disputa grande entre os senadores para conquistar os indecisos.

Se ela voltar, ela mesmo já prometeu que irá fazer outro governo. Ela descobriu o povo brasileiro e seu carinho, principalmente por parte das mulheres. Então, ela fará um governo diferente, possivelmente com pessoas notáveis do país, para além dos partidos.

Ela vai atacar o que é mais urgente, que é o problema econômico e encaminhar a reforma política, porque com esse parlamento que está aí não é possível fazer quase nada. Ele é um dos mais retrógrados e reacionários da história republicana brasileira. Se ela voltar será outra Dilma, com outras políticas e outras estratégias

Agora, não sabemos como será a votação do impeachment. Espero que haja o mínimo de racionalidade e que se compreenda a argumentação.

Há uma lei que está presente em todas as jurisdições desde Hamurabi até os tempos modernos, que é *in dubio pro reo*. Isto é, se há dúvida, então o réu tem primazia.

Os grandes juristas, como Dalmo Dallari, dizem que não há crime. Mas o maior argumento para mim é o do Ministério Público Federal que diz: ‘Aqui não houve dolo, não há crime, então aconselhamos engavetar o processo’.

A pressão não é apenas brasileira, mas internacional. No fim, se trata de defender o pouco de democracia que temos. Por mais frágil que ela seja, ela ainda é o lugar em que podemos conviver e discutir nossos representantes. Dilma representa a democracia. Negar Dilma é negar a democracia. E negar a democracia é golpe. E nós temos que dizer que é golpe mesmo.

Dados sobre safra agrícola são referência mundial. – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 03/08/2016

O cenário positivo das culturas de inverno no Sul do país e a situação do milho segunda safra, que está em processo de finalização, estarão disponíveis amanhã (4), no Crop Monitor for AMIS, publicação internacional que divulga o movimento agrícola dos países membros do G20, no site da Geoglam.

A previsão feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a safra brasileira é utilizada por analistas de mercado do mundo todo e ajuda na elaboração do relatório mensal do AMIS (Agricultural Market Information System).

Os dados são repassados mensalmente pela Companhia para o chamado Geoglam, sigla em inglês que define o Grupo de Observação da Terra responsável pelo Monitoramento Agrícola Global, criado para subsidiar políticas públicas dos países integrantes do G20. A Conab e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) são os representantes brasileiros no Geoglam.

Impunidade é apontada como causa de violência no campo em audiência pública. – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 03/08/2016

A impunidade foi apontada como uma das principais causas da violência no campo, em audiência pública sobre o tema na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na terça-feira (2). O presidente da comissão, deputado Padre João (PT-MG), um dos que pediu a audiência, destacou que a violência no campo no Brasil está aumentando.

Segundo o relatório Conflito no Campo Brasil - lançado em abril de 2016 pela Comissão Pastoral da Terra -, em 2015 houve 50 casos de assassinatos no campo, ante 36 casos em 2014 e 34 em 2013.

De acordo com o relatório, este ano, até julho, 36 pessoas já foram assassinadas no campo. “Se continuar no mesmo ritmo, vamos chegar ao fim do ano com 61 assassinatos - número maior do que o do ano passado”, salientou a coordenadora-executiva nacional da

Comissão Pastoral da Terra, Jean Ann Bellini. Ela observou ainda que a violência não se resume só a assassinatos, e também abarca ameaças de morte e tentativas de assassinatos.

Padre João ressaltou que uma das causas da violência é a impunidade. Dos 1.270 casos de homicídios no campo registrados no País entre 1985 e 2013, menos de 10% foram a julgamento.

O ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Gercino José da Silva Filho, também citou, entre as causas da violência no campo, a impunidade, além da grilagem de terras públicas, a ocupação de terras públicas e particulares, a demissão de funcionários, a destruição de casas de sem-terra e de fazendeiros e a extração ilegal de madeiras.

Conforme explicou, a impunidade seria causada pela deficiência de recursos materiais, humanos e científicos nas polícias civis, pela demora nos inquéritos policiais e demora no julgamento dos processos, por exemplo. Ele destacou ainda que Pará, Rondônia e Mato Grosso são os estados com mais conflitos.

Entre as medidas que precisam ser adotadas para diminuir a violência no campo, Gercino citou: julgar os processos criminais; julgar os processos possessórios de acordo com o direito agrário; agilizar o programa Terra Legal; regularizar terras quilombolas e indígenas; agilizar o andamento dos inquéritos policiais; fiscalização, pelos órgãos ambientais, do desmatamento; e desarmar populações em áreas de conflitos agrários.

Segundo o ouvidor, no momento, as seguintes medidas estão em execução, entre outras: a realização de audiências públicas, pela Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, nos locais que são foco de violência; especialização dos órgão agrários, como promotorias, defensorias e varas agrárias, polícias agrárias e ouvidorias agrárias do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); além do desarmamento nas áreas mais conflituosas.

Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná, Rudmar Moeses disse que a violência no estado contra os sem-terra está se intensificando. Ele relatou que, no dia 7 de abril, dois sem-terra do acampamento Dom Tomás Balduino foram assassinados em Quedas do Iguaçu (PR) e outras dezenas foram feridos.

Segundo Moeses, os trabalhadores levaram tiros pelas costas e foram atacados por policiais militares, dentro de uma área já declarada como de propriedade da União. “Essa terra tem que vir para a reforma agrária”, defendeu. Três inquéritos foram abertos, mas, segundo ele, os policiais alegaram que agiram em legítima defesa.

Para Moeses, “o Estado tem compromisso com o latifúndio” na região. Outra representante do MST do Paraná, Simone Leurie também apontou que o Estado tem defendido o agronegócio no estado. “O Estado brasileiro defende mais o patrimônio do que a vida das pessoas”, disse ainda.

O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário, Cleber Buzatto, afirmou que a violência contra os povos indígenas também está aumentando e que há um agravamento desses casos. Ele apontou pelo menos 30 ataques de milícias armadas contra povos indígenas em cerca de um ano apenas no estado do Mato Grosso do Sul. “Nenhuma pessoa está presa por isso até o momento”, salientou. “Existe um vínculo causal entre a violência contra os povos indígenas e os ataques em curso contra os direitos dos povos no âmbito da Câmara dos Deputados”, acrescentou Buzatto. Para ele, há discursos de incitação da violência contra povos indígenas por parte de parlamentares.

CONTAG se solidariza com os seis dirigentes camponeses presos e condenados injustamente no Paraguai. – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 03/08/2016

Seis líderes camponeses paraguaios foram condenados injustamente de participar do sequestro e morte de Cecília Cubas, filha do ex-presidente do Paraguai, crime ocorrido em 2004. Contra eles existe apenas o testemunho de uma pessoa, um ex-membro do Partido Patria Libre, Dionisio Olazar, que não apresentou qualquer prova do que disse e, em vários depoimentos, apresentou informações contraditórias sobre o caso.

Em 2012, os acusados foram condenados a 25 anos de prisão mais 10 anos de “medidas de segurança”, em um caso viciado e sem provas concretas contra os líderes camponeses.

Em maio de 2016 a Corte Suprema de Justicia del Paraguay confirmou a sentença de primeira instância, sem atender a nenhum dos apelos da defesa.

Os movimentos camponeses paraguaios acusam o Ministério Público de seu país de agir de forma arbitrária e ideológica, pois não considerou quaisquer das provas e testemunhos acerca do não-envolvimento dos seis trabalhadores acusados.

Roque Rodríguez, Gustavo Lezcano, Basiliano Cardozo, Arístides Vera, Simeón Bordón y Agustín Acosta estão há mais de dez anos presos. Foram detidos na Argentina em maio de 2006 e extraditados para o Paraguai em 2008, tendo ficado privados de liberdade por dois anos e sete meses. Mas a justiça paraguaia desconsiderou esse período, descumprindo o compromisso feito no momento da extradição, mais uma das arbitrariedades cometidas no caso.

A CONTAG se solidariza com a luta dos seis líderes e dos movimentos camponeses paraguaios, que, assim como todos os movimentos de luta do campo, no Brasil, na América Latina e no mundo, enfrentam injustiças e violência por parte de setores da elite que querem impedir a luta por direitos, igualdade e justiça social para todos.

Sigamos na luta, companheiros(as)!

Via camponesa realiza encontro de Direitos Humanos no Brasil. - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 03/08/2016.

A proposta é traçar um plano de ação que unifique as iniciativas existentes nos países e consiga ter ações rápidas de denúncia e solidariedade internacionalista

Durante os dias 18 a 20 de agosto, ocorre o Encontro de Direitos Humanos da Via Camponesa, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), município de Guararema, São Paulo.

O objetivo da atividade é aprofundar o debate sobre a conjuntura política e o atual momento de criminalização das lutas dos movimentos sociais no mundo, além de traçar estratégias de atuação e incidência para organizar um plano de articulação que denuncie tais ofensivas em cada país.

De acordo Tchenna Maso, Advogada popular do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), o encontro tem sido pensado há mais de dois anos, e acontece pela necessidade de aprofundar o debate sobre Direitos Humanos na Via Campesina, que já tem um coletivo Internacional.

No encontro participarão dirigentes políticos de todos os continentes e advogados populares vinculados a Movimentos camponeses da África, Ásia, Europa e América. A proposta é traçar um plano de ação que unifique as iniciativas existentes nos países e consiga ter ações rápidas de denúncia e solidariedade internacionalista.

“Pretendemos construir um plano de ação, que dê conta de uma ampla incidência internacional, avaliando as potencialidades e limites dos nossos espaços, que tenha capacidade de alerta e ação rápida com relação às violações. Nossa expectativa é articular as lutas de enfrentamento contra a criminalização dos defensores de direitos humanos e a luta pela conquista destes, tendo em vista um cenário comum internacional”, salienta Maso.

Já Diego Montón, da Coordenação Nacional do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) e da Secretaria Operativa da Cloc-Via Campesina na Argentina, aborda que além da oportunidade de fortalecer o Coletivo, o processo de luta pela Declaração de Direitos Camponeses na ONU, como uma das ferramentas importante de proteção aos povos camponeses e indígenas perseguidos e criminalizados pelo capital.

“Vamos estudar o processo de declaração dos Direitos Humanos Camponeses para pensar agendas nacionais e regionais em torno desta questão. Também estudaremos o processo de tentar impulsionar na ONU um tratado que vincule as empresas transnacionais e os Direitos Humanos. Pois, muitas violações estão diretamente relacionadas com abusos das corporações e queremos que a ONU se encargue disso”, reitera.

Criminalização dos Movimentos

No Brasil existem muitas redes de Direitos Humanos e diversas articulações que ajudam no debate e colocam os Movimentos como protagonistas da história. Embora, o encontro seja fechado para a Via Campesina e os advogados e advogadas populares que colaboram nas frentes de Direitos Humanos destas organizações, Tchenna comenta que esta área é mais um campo de batalha dos Movimentos.

“É preciso compreender que este é um espaço limitado, mas que podemos utilizá-lo para acumular forças para um projeto emancipatório de sociedade que queremos. À medida que o debate dos Direitos Humanos contribui para construção de sujeitos históricos, auxilia no empoderamento acerca do Estado, na construção de pautas de lutas.”

A proposta do Encontro também será de compartilhar experiências que têm sido realizadas pelas organizações e organizar uma agenda de ação frente aos Direitos Humanos que retrate o tema dos presos políticos.

O contexto de violação aos direitos humanos e de criminalização das lutas dos movimentos sociais no Brasil, é uma situação preocupante e recorrente que se acirra com o golpe. Essas ações visam a conter as ações do MST contra o agronegócio no país.

Nesse sentido, Diego afirma que o Poder Judiciário tem sido cúmplice dos interesses do agronegócio e que no evento irão debater sobre os mecanismos internacionais para abordar a situação. O coordenador do MNCI enfatiza ainda a solidariedade dos Movimentos nesse contexto é fundamental.

“Se a resposta do capital é a violência, isto não deve ficar impune. Devemos fazer ações coordenadas que salvem vidas e deem coberturas para as lutas. Devemos trabalhar firmemente em todos os níveis para que não tenhamos presos políticos, para isto, a solidariedade internacionalista é fundamental.”

O MST é um dos movimentos da Via Campesina que tem sofrido os resultados de articulações patrocinadas por expoentes do agronegócio no país. No dia 14 de abril, um colegiado de juízes da comarca de Santa Helena no Goiás, baseia-se numa tentativa de enquadrar o MST como organização criminosa na Lei nº 12.850/2013 que resultou na prisão política de dois trabalhadores Sem Terra e dois mandados de prisão expedidos para outros dois militantes.

Enquanto isso, a violência no campo tem registrado um aumento no Brasil. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o ano de 2015 teve, ao todo, 50 casos de assassinatos, o maior número desde 2004.

Embora em Goiás não tenha ocorrido nenhuma morte, a situação do Centro-Oeste é considerada delicada. A região teve um aumento de 29% no número de conflitos de terra no comparativo entre 2014 e 2015. O estado tem sido foco de repressão, uma espécie de

laboratório para ações em outros locais do país. Além disso, o número de pessoas envolvidas saltou de 77.982 para 147.015. Um crescimento de 89% no período. O estado de Goiás, por exemplo, quase dobrou o número de conflitos registrados, que passou de 21 para 39, 86% a mais.

Famílias de ocupação em Seringueiras (RO) sofrem nova tentativa de expulsão. – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 05/08/2016

Um grupo de 200 camponeses ocupou, no dia 17 de julho, a Fazenda Bom Futuro, situada na Linha 14 do município de Seringueiras, a 560 quilômetros de Porto Velho, em Rondônia. Uma área de terra pública de mais de 11.000 hectares. O pretense proprietário, o capitão médio da reserva Augusto Nascimento Tulha, registrou boletim de ocorrência narrando, além da chegada de muitas pessoas, que seis homens armados tinham ameaçado ele, colocado capuz em sua cabeça e, posteriormente, o obrigado a sair da fazenda. Inicialmente a ocupação foi atribuída ao MST, que desmentiu sua participação.

No dia 20, sem sequer existir ordem de reintegração de posse, um grande contingente de 36 viaturas e um ônibus com policiais, junto com um helicóptero, se dirigiu à fazenda para “retirar” os ocupantes. Porém foram obrigados a se retirar após resistência dos mesmos, que colocaram um trator da fazenda numa ponte de acesso. Foi divulgado um vídeo do Batalhão Tiradentes do 2ºBPM mostrando uma barricada montada pelos camponeses e imagens do helicóptero da polícia disparando contra o interior da mata. A PM divulgou que integrantes da Liga dos Camponeses Pobres (LCP) tinham atirado contra o helicóptero da Polícia Militar durante a operação e que o comandante ordenou a retirada das tropas “para evitar um derramamento de sangue”.

A Liga dos Camponeses Pobres (LCP) divulgou tratar-se do “Acampamento Enilson Ribeiro” (nome em homenagem ao coordenador da LCP, assassinado em Jaru em janeiro de 2016) e desmentiu terem atirado na polícia. Denunciou que “as terras ocupadas pelos camponeses são públicas, roubadas pelo maior grileiro da região, fato público e notório” e que não existia ordem de reintegração de posse. Por outro lado, em nome do grupo, foi apresentado um pedido à Ouvidoria Agrária Nacional no dia 21/7/2016 para uma saída pacífica, que solicitou a mediação dos Ouvidores e Delegado Agrário Estadual. A

providência foi aprovada na sexta feira, dia 22, em reunião do GGI (Gabinete de Gestão Integrada) do governo de Rondônia. As autoridades confirmaram que a operação tinha sido realizada apenas para busca e apreensão de armas, antecipando a ordem de reintegração, que saiu apenas nesse dia 22.

A fazenda Bom Futuro, ocupada pelo Acampamento Enilson Ribeiro da LCP, permaneceu sitiada pela polícia militar, que impedia e controlava todas as entradas e saídas do município, identificando todos os moradores da área. As barreiras montadas pela Polícia Militar não impediram uma intensa mobilização de fazendeiros da região, que resultou reuniões na Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, no sábado, 23, e na Câmara Municipal de Seringueiras, no dia 26, nas quais o pretense dono da Fazenda Bom Futuro conseguiu reunir em seu apoio três deputados estaduais.

Os camponeses responderam aos mediadores que estavam sofrendo novos ataques, e para sair exigiram do INCRA outra área para as famílias acampar, assim como o compromisso de assentar as famílias que tiverem o perfil da Reforma Agrária. Também denunciaram um quadro de “extrema violência e terror”, com diversos incidentes, que “nem em situação de Estado de Sítio ou de Exceção se viu tanta afronta e violência!”.

Após a Justiça local suscitar reconhecimento de conflito agrário e suspender provisoriamente a reintegração de posse, os fazendeiros protestaram fechando a BR-429 no acesso a Seringueiras, que ficou interditado nos dias 28 e 29.

Pela primeira vez, desde sua criação, a Mesa de Deliberação sobre a Questão Agrária no Estado de Rondônia se reuniu na quinta feira, 28. Segundo representante do MPF, o INCRA já tem ajuizado uma ação na Justiça e constatado fraude na alienação da área por parte do suposto proprietário. No dia seguinte uma comissão se deslocou de avião até o acampamento e conseguiu acordos para cessar o bloqueio da BR-429 e permitir o abastecimento de alimentos para o acampamento.

Já na segunda-feira, 1º de agosto, o Tribunal de Justiça de Rondônia acolheu o pedido da Justiça da comarca de São Miguel do Guaporé e foi reconhecida a competência da Vara Agrária pelo TJ/RO, sendo por tanto suspensa a reintegração de posse até o magistrado agrário assumir os autos. Segundo a polícia civil, no dia 02 de agosto os acampados abriram as porteiras, cortaram cercas e expulsaram da fazenda grilada mais de um milheiro de bois.

Mulheres assentadas no Amazonas recebem prêmio nacional de empreendedorismo. – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/08/2016

A Associação de Mulheres Agricultoras Rurais (Amar), localizada no projeto de assentamento Tarumã-Mirim, em Manaus (AM), foi uma das entidades vencedoras do prêmio “Consulado da Mulher de Empreendedorismo Feminino 2016”. O resultado foi divulgado em 29 de julho e a premiação é promovida anualmente pelo Instituto Consulado da Mulher, que seleciona dez projetos cujos empreendimentos são contemplados com eletrodomésticos, R\$ 10 mil para investimento em infraestrutura e assessoria técnica pelo período de 24 meses.

A Amar produz geléias e doces, mas, segundo a presidente da associação, Cleociana Figueira da Silva, o grupo de agricultoras familiares pretende diversificar a produção com a fabricação de pães e bolos. “O prêmio vai nos proporcionar o que não temos condições de comprar. Estamos pensando em fazer uma cozinha, pois confeccionamos os produtos em nossas casas e também pretendemos aumentar a produção com novos alimentos”.

A associação participou com um projeto elaborado em conjunto com o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), entidade prestadora de assistência técnica contratada pelo Incra para atender famílias assentadas no Amazonas.

Para a coordenadora de assistência técnica do Incra/AM, Keilla Fernandes, é gratificante perceber, na prática, o quanto os assentados têm evoluído com essa assessoria. “Esse prêmio significa um avanço em função de todo o acompanhamento técnico recebido pelas assentadas nesses 18 meses de atuação nos projetos de assentamento. Ficamos felizes em poder colaborar com o desenvolvimento desse grupo de mulheres, que servirá de modelo para que outros grupos de empreendedoras, igualmente batalhadoras e capazes, se inspirem e invistam em seus talentos”, acrescentou.

O Instituto Consulado da Mulher seleciona e incentiva projetos de empreendedorismo para mulheres visando a geração de renda, a formalização de empreendimentos e a qualidade de vida. O apoio consiste em assessoria para criação de negócio, capacitações em técnicas e processos administrativos, elaboração de plano de negócios, cursos técnicos em áreas específicas para o negócio e doação de eletrodomésticos como meio de produção.

O edital de seleção é publicado no Dia Internacional da Mulher (8 de março) e na edição de 2016 foram apresentados 128 projetos com a seleção e a premiação de dez empreendimentos.

Agricultores Familiares de Santa Catarina são contra a Reforma Previdenciária e constroem carta de repúdio. - Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 05/08/2016

A Fetraf Santa Catarina está realizando seminários em todos os sindicatos filiados para discutir os impactos da Reforma da Previdência Social sobre os trabalhadores da Agricultura Familiar. Já foram realizados seminários nos municípios de Mondaí, São Carlos, Santa Rosa de Lima e São Ludgero. A organização avaliou que as ações têm sido positivas, pois há participação massiva dos agricultores e agricultoras familiares como também os trabalhadores da área urbana da região.

A Fetraf é contra a proposição de reforma que o governo interino tem apresentado, pois as propostas significam a destruição de direitos conquistados ao longo de décadas pelos trabalhadores no Brasil. Prova disso, é a edição da Medida Provisória 739 que determina alterações para quem recebe benefícios de auxílio doença, invalidez e salário maternidade.

Preocupados com isso, em todas as atividades está sendo elaborado um documento no formato ‘Carta Repúdio’ aprovada pelos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar, sobre as propostas da Reforma da Previdência, que serão enviadas aos órgãos competentes. “A luta é de todos os trabalhadores, beneficiários de hoje e beneficiários de amanhã, trabalhadores urbanos e rurais” afirma o coordenador da Fetraf SC, Alexandre Bergamin.

Juventude Sem Terra se mobiliza em todo o país durante 7ª Jornada. - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 08/08/2016.

Durante toda a semana milhares de jovens realizam debates, atividades de agitação e propaganda, atividades culturais, além dos momentos de luta e mobilização.

Do dia 7 ao dia 13/08, jovens dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, organizados pelo MST, realizam a sua 7ª Jornada Nacional. Com o caráter de organização, formação e luta dos jovens, a Jornada acontecerá em todo o país a partir de diversas atividades protagonizadas pela juventude, nas escolas e áreas da Reforma Agrária dos municípios em que estão organizados.

Com o lema “Você tem fome de quê?” as atividades da juventude somam-se as atividades da Jornada Cultural Nacional “Alimentação Saudável é um Direito de Todos!”, em torno do debate da produção sem veneno e da denúncia ao agronegócio.

Durante toda a semana milhares de jovens realizam debates, atividades de agitação e propaganda, atividades culturais, além dos momentos de luta e mobilização onde a Juventude Sem Terra deve pautar suas demandas ao poder público em suas regiões.

"A juventude tem fome de comida sem veneno, fome de educação e saúde de qualidade, cultura, esporte. Todas essas necessidades estarão expressas na organização e nas lutas da Juventude Sem Terra em nossa Jornada Nacional, em todos os espaços em que os jovens estejam, nas escolas, cooperativas, associações, acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária”, sinalizou Paulo Henrique, do Coletivo Nacional de Juventude do MST.

Para Paulo Henrique, esse é mais um importante momento protagonizado pela Juventude Sem Terra. “Nossa Jornada demonstrará, na sua diversidade de atividades, a criatividade e rebeldia dos jovens Sem Terra, mas em especial seu compromisso com a luta pela transformação da realidade que estamos vivendo”, anuncia.

“Nossas ações também devem pautar a defesa dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, seguiremos denunciando o golpe e na defesa da democracia como uma tarefa de luta da Juventude Sem Terra. Estamos vivendo um momento que se faz urgente a necessidade de se organizar e lutar, nossa Jornada trará esse espírito para o mês de agosto”, destacou Paulo Henrique.

Ministro assina protocolo com setor privado para apoiar atuação da Embrapa na área de fruticultura. – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 09/08/2016

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, assinou nesta terça-feira (9), em Vacaria (RS), protocolo de intenções destinado a operacionalizar recursos do setor privado para dar suporte às ações do Centro de Controle Biológico e Manejo Integrado da Mosca das Frutas (Centro Moscasul). O centro fica localizado no município e suas obras estão em fase de conclusão.

A cooperação envolve a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Associação Brasileira de Produtores de Maçã (ABPM), Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã (Agapomi), Sindocopel e Associação dos Produtores de Pêssego da Região de Pelotas. O presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes, e representantes das quatro entidades do setor de fruticultura participaram da assinatura do protocolo.

Em sua visita ao Sul do país, o ministro também anunciou a liberação de R\$ 506,9 mil para conclusão do Centro Moscasul. Blairo também disse que, em setembro, irá à Índia participar da reunião dos Brics e começar as negociações para a abertura do mercado indiano às exportações brasileiras de maçã.

O ministro visitou ainda um pomar com telas de proteção contra granizo. Parte da tecnologia foi desenvolvida pela Embrapa. As telas também garantem melhor coloração às maçãs.

Nesta quarta-feira (10), Blairo vai ao município de São Joaquim, grande produtor da fruta de Santa Catarina.

Dinheiro público é usado para pagar dívida para credores secretos: CONTAG participa do lançamento da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular. Lívia Barreto – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 10/08/2016

Quase metade (42,43%) do PIB brasileiro é destinado para o pagamento da dívida pública brasileira. O problema é que não sabemos para quem essa dívida é paga, pois esse dado é considerado sigiloso pelo Estado brasileiro. Os juros sobre juros tornam a dívida dos estados e da União para esses credores invisíveis maior a cada ano e drena os recursos que deveriam ser usados para o investimento para melhorar de todas e todos. É preciso auditar essa dívida, isto é, analisar do que ela é composta e para quem é paga. Essa auditoria deve ser feita com a participação isenta de quem é mais interessado na transparência das contas públicas: as cidadãs e cidadãos de nosso país.

A necessidade de auditoria da dívida finalmente foi percebida pelo Congresso Nacional: mais de 250 parlamentares, entre deputados e senadores, assumiram o compromisso de participar da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular. A frente foi lançada na tarde de ontem (9) na Câmara dos Deputados, com a participação de representantes de mais de 70 entidades da sociedade civil, entre eles a CONTAG, e dezenas de parlamentares.

A iniciativa é fruto do trabalho da Associação Auditoria Cidadã da Dívida, cuja coordenadora nacional é a auditora aposentada da Receita Federal Maria Lúcia Fattorelli. “A constituição federal está descumprida até hoje no que diz respeito à auditoria da dívida pública. Essa chamada dívida, tanto federal quanto dos estados e municípios, chegou a patamares insustentáveis e tem sido usada como justificativa para projetos como o PL 257 e a PEC 241, que congela por 20 anos os investimentos sociais. Isso afeta principalmente a parcela da sociedade que não tem alternativa fora dos serviços públicos. A dívida é usada como justificativa para projetos que desvinculam receitas sagradas da saúde e da seguridade social, da assistência social para pagar juros e para justificar contrarreformas como a da previdência, a trabalhista, para as privatizações contínuas de patrimônio público estratégico”, explica Fattorelli.

Para a secretária geral da CONTAG, Dorenice Flor da Cruz, todas as iniciativas para aumentar o conhecimento sobre o tema são válidas e afirma que a CONTAG apoia totalmente a auditoria cidadã da dívida pública brasileira. “Se o dinheiro das trabalhadoras e trabalhadores do Brasil, inclusive o rural poderia ser investido para as políticas sociais, mas estão sendo usadas para pagar juros abusivos de uma dívida que nem sabemos para quem pagamos, isso precisa mudar”, afirma Dorenice.

A Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular é coordenada, na Câmara, pelo deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), e no Senado, pelo senador João Capiberibe (PSB-AP). “Essa pantomima acerca do impeachment é uma cortina de fumaça que cobre as verdadeiras raízes da corrupção. Nós devemos discutir a dívida pública neste país, pois não é possível viver com metade da renda, e é isso que está acontecendo”, afirmou Capiberibe. Para o deputado Edmilson Rodrigues, “a falcatrua está institucionalizada a partir do momento em que não sabemos quem são os credores dessa dívida. Além disso, precisamos saber como a dívida passou de R\$ 60 bilhões para R\$ 4 trilhões em menos de 15 anos”, afirmou.

Rui Prado entrega homenagem a governador Pedro Taques em Congresso da Abag. – Site da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). 10/08/2016

O presidente do Sistema Famato/Senar, Rui Prado, entregará, nesta segunda-feira (08/08), uma homenagem ao governador Pedro Taques por sua atuação em favor do desenvolvimento do setor produtivo em Mato Grosso. Trata-se do prêmio Personalidade do Agro Ney Bittencourt de Araújo, ofertado pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), a ser entregue ao longo da programação do 15º Congresso Brasileiro do Agronegócio, realizado pela entidade em São Paulo (SP).

“É muito honroso entregar um prêmio como esse ao governador do Estado protagonista na produção agropecuária do país. Não há nada mais justo. Mato Grosso está na vanguarda do setor produtivo e o atual governo, comandado por Pedro Taques, reconhece

sua importância. Tanto que boa parte do primeiro escalão do seu staff advém do agronegócio”, destacou Rui Prado.

O reconhecimento público da importância do setor produtivo de Mato Grosso já foi feito pelo governador em inúmeras ocasiões. Ele sempre enfatizou que, na escolha de seu candidato a vice-governador, fez questão de ter um nome advindo da agropecuária. Carlos Fávaro, que assumiu o posto, é agricultor e foi presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja). Além dele, também são oriundos do mesmo setor o secretário de Estado de Fazenda, Seneri Paludo – ex-diretor executivo da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) – e o secretário de Estado de Infraestrutura, Marcelo Duarte, também ex-diretor executivo da Aprosoja.

O governador de Mato Grosso receberá a premiação que presta uma homenagem à memória do fundador da Abag, Ney Bittencourt de Araújo. Ele foi presidente, diretor e conselheiro de mais de 20 entidades nacionais e internacionais do setor agropecuário e, por conta disso, esteve envolvido nas principais iniciativas que colaboraram para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Conforme a Abag, Taques é reconhecido como um importante defensor do setor em destaque neste ano no país.

Sediado no Sheraton World Trade Center de São Paulo, o 15º Congresso Brasileiro do Agronegócio tem como tema “Liderança e Protagonismo” para um público de empresários, executivos, especialistas, agrônomos e demais profissionais do setor, assim como políticos cuja atuação está sintonizada com o segmento. O evento costuma contar com expressivas lideranças políticas, econômicas e da agropecuária brasileira.

O encontro debaterá diversos aspectos ligados ao desafio de manter o Brasil na liderança mundial da produção de alimentos, fibras e energia renovável, ao mesmo tempo em que se consolida a percepção de ser o produtor brasileiro um dos mais sustentáveis do mundo. A programação será ao longo do dia, com a realização de três painéis, além da palestra inaugural com o jornalista Arnaldo Jabor e o momento de homenagens.

Lucro da Cargill sobe no 4º trimestre fiscal de 2016. – Site do Valor Econômico. 10/08/2016

A multinacional americana Cargill, maior empresa de capital fechado do agronegócio, registrou queda de 5% em sua receita no último trimestre do ano fiscal de 2016, encerrado

em 31 de maio, para US\$ 27,1 bilhões. No ano, o recuo foi de 11%, para US\$ 107,2 bilhões, conforme balanço financeiro divulgado hoje.

Apesar disso, a companhia americana relatou aumento de lucro nos dois períodos. No quarto trimestre, registrou resultado positivo de US\$ 15 milhões, contra prejuízo de US\$ 51 milhões no mesmo período do ano fiscal de 2015. No fechamento do ano, registrou lucro líquido de US\$ 2,38 bilhões, uma alta de 50% em relação ao ano fiscal de 2015.

“Estamos posicionando a companhia para uma performance melhor e crescimento sustentável”, declarou, em nota, David MacLennan, CEO e chairman da Cargill. “Temos mais trabalho a fazer, mas onde já realizamos mudanças estamos vendo a melhora nos resultados”.

MacLennan citou a melhora no lucro nos segmento de ingredientes alimentícios e na readequação do portfólio da empresa. “Fizemos mudanças importantes, acrescentando capacidades fundamentais para o sucesso de nosso cliente. Isso inclui nossa estratégia de aquisição de mais de US\$ 3 bilhões em aquisições ou expansão de unidades”.

No segmento de originação e processamento de grãos, carro-chefe da Cargill, houve uma queda significativa em relação ao ano anterior. Três anos consecutivos de clima bom nas principais regiões produtoras queda na demanda global levou à elevação dos estoques, queda nos preços e baixa volatilidade, limitando as oportunidades de trading do grupo. Apesar disso, diz a Cargill, o segmento teve boa performance na América do Sul e na China.

Os resultados ruins no quarto trimestre, no entanto, impactaram negativamente a comercialização de grãos e óleos vegetais.

Fetraf-RS participa do Grande Expediente sobre o Golpe à Agricultura Familiar. - Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 10/08/2016

A coordenadora da Fetraf-RS, Cleonice Back e o presidente do Sintraf-Sul, Tiago Klug, participaram nesta terça-feira(09), do Grande Expediente na Assembleia Legislativa, promovido pelo deputado estadual Zé Nunes. Em quase uma hora de manifestação, o parlamentar reforçou que “o que está em jogo é a disputa na sociedade de um projeto desenvolvimento, um projeto de nação e uma visão de mundo”. Ele, ainda, mostrou dados sobre importância histórica, as perspectivas, as funções e os desafios da agricultura familiar e fez duras críticas à extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pelo governo interino de Michel Temer, assim como a redução do orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Rural do RS (SDR) promovidas pelo Governo Sartori.

“A extinção do MDA foi um gesto de crueldade e crime pré-determinado”, afirmou o parlamentar. Segundo ele, a manifestação na Assembleia Legislativa teve como objetivo denunciar os retrocessos e o golpe já produzidos pelo governo ilegítimo de Temer à agricultura familiar do País, bem como as iniciativas propostas de colocar o setor na condição de política acessória e secundária e não mais como atividade estratégica para o desenvolvimento do Brasil. Na tribuna do Parlamento gaúcho, Zé Nunes denunciou, também, os retrocessos vividos no RS pelo Governo Sartori. Disse que o governador não implementa políticas e promove o enfraquecimento desta atividade econômica, considerada a mais importante do estado.

Ao fazer uma análise histórica, Zé Nunes comentou que, desde a década de 90, a atuação de corporações transnacionais ligadas aos negócios agrícolas ganhou relevo no Brasil, num movimento de expansão da agricultura capitalista que delineou uma nova etapa de modernização técnica da agricultura no país, designada como agronegócio. O deputado citou que a pequena propriedade familiar foi a mais prejudicada pela capitalização do campo, principalmente, devido à monocultura. Para ele, “o projeto de modernização capitalista do campo teve a resistência dos pequenos agricultores e suas organizações, que, em muitas situações, denunciaram e cobraram dos governos as consequências aos pequenos pelo projeto adotado”.

Zé Nunes citou as organizações sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina, o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR), que deram origem à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), que começam a participar da vida ativa de disputas e conquistas no campo. “Surge, assim, um novo cenário, novos embates e estabelece-se um novo arranjo

institucional no país.” Como resultado do fortalecimento destas organizações, o deputado Zé Nunes citou que, já em 1995, é criado o “grande instrumento” para a consolidação da agricultura familiar como categoria, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), cujo proposta era a de para propiciar condições de aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda dos agricultores familiares. “Na sequência, e após muita mobilização, é criado o MDA, durante o governo FHC, agora extinto por Michel Temer.”

Em defesa do MDA, o deputado afirmou que o ministério teve como competências a reforma agrária, a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. “Um ministério importante, assim como a própria agricultura familiar, responsável pelo abastecimento de cerca de 87% dos produtos da cesta básica dos brasileiros.”

Foi nos governos Lula e Dilma que ocorreram os maiores investimentos federais na agricultura familiar. Zé Nunes apresentou números que demonstram essa evolução. Com o MDA, o Pronaf, em nível nacional, saiu de menos de R\$ 2 bilhões, em 95/96, para R\$ 10 bilhões (84% executados), em 2006/2007. Com a presidenta Dilma Rousseff, “temos a projeção no Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/ 2017 de R\$ 30 bilhões. No RS, o Pronaf, no período de 1998 a 2010, foram aplicados, aproximadamente, R\$ 15,6 bilhões.

“Extinguir o MDA, no primeiro dia de governo interino, diz muito do caráter e das pretensões dos golpistas. A crueldade, o sadismo e o sentimento de impunidade costumam sempre andar juntos. Até que o povo os derrote”, comentou Zé Nunes.

Ao se manifestar sobre o assunto, o deputado estadual Altemir Tortelli destacou a importância de formação de uma grande unidade dos diferentes segmentos da Agricultura Familiar para resistir às medidas que o “governo interino e golpista” de Michel Temer está adotando no Brasil. “Conquistas históricas, garantidas com mais de 30 anos de luta social pelas organizações da agricultura familiar, estão ameaçadas. Esse debate é fundamental para nos chamar a responsabilidade de luta, a partir de uma grande unidade do conjunto das entidades do setor, para fazer o enfrentamento contra esse governo golpista, que não respeita a classe trabalhadora e nem a luta de homens e mulheres que

deram suas vidas para conseguir um pouco de dignidade e decência ao meio rural brasileiro”, afirmou Tortelli.

A criação da SDR foi uma das mais importantes ações do começo do governo Tarso Genro, que proporcionou, inclusive, o combate à pobreza extrema no meio rural. Em valores, o governo Tarso investiu na SDR R\$ 1,4 bilhão, recuperou a Emater e revitalizou a Ceasa. Mas, em 2015, uma guinada mudou os rumos de toda uma proposta que estava dando bons resultados. Ao assumir o governo, Sartori não extinguiu a SDR, mais por conveniência política do que por opção de projeto. Porém, reduziu a Secretaria, sucateou a Emater, paralisou programas e diminuiu a aplicação de recursos pela metade.

O ex-ministro, Guilherme Cassel (MDA), o presidente da CUT-RS, Claudir Nespolo, a coordenadora da Fetraf-RS, Cleonice Bach e o coordenador da Unicafe, Gervásio Plucinski foram algumas das autoridades que prestigiaram a manifestação do deputado Zé Nunes.

7ª Jornada da Juventude Sem Terra promove ações por terra e educação em todo o país. - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 11/08/2016.

Com ações realizadas em dez estados de todas as regiões do país, a Juventude Sem Terra trouxe a bandeira da educação como prioritária.

Desde o último dia 6, jovens do MST em todo país se mobilizam na 7ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra, com o lema “Você tem fome de quê?”. Com ações realizadas em dez estados de todas as regiões do país, a Juventude Sem Terra trouxe a bandeira da educação como prioritária, se posicionando firmemente contra o projeto “Escola Sem Partido”.

“Levantamos a bandeira em defesa da educação como central para nossa juventude. Não aceitaremos que nossa educação seja adestrada por essa burguesia conservadora brasileira, nós buscamos construir uma educação que seja crítica e emancipadora”, declara Paulo Henrique Campos, da direção nacional do MST pelo Coletivo de Juventude.

As ações acontecem em escolas, ruas, acampamentos e assentamentos onde o MST está organizado. Nas atividades são feitos debates de formação, de auto-organização da juventude na escola, oficinas, ocupações de terra e escrachos aos golpistas.

No município de São Cristóvão, na região metropolitana de Aracaju, capital de Sergipe, mais de 80 famílias ocuparam no último sábado (6), sob coordenação do coletivo estadual de juventude, a fazenda São José, de mais de dois mil hectares.

O acampamento será um espaço prioritário para juventude, elemento de conquistas materiais, da terra e também um espaço de formação e articulação política.

“A jornada é um momento de esquentar as baterias para as diversas lutas que iremos travar na luta contra o Golpe e pelos direitos da classe trabalhadora brasileira”, salienta Paulo Henrique.

“Em momentos como esse de contradições, é uma tendência da classe trabalhadora ir às ruas e a juventude é a principal impulsionadora das lutas sociais”, conclui o militante.

Confira os demais destaques da Jornada:

Ceará

Jovens realizam debates sobre a organização da juventude nas escolas e educação. Os seminários ocorreram nas Escolas do campo de ensino médio Francisco Araújo Barros – Assentamento Lagoa do Mineiro, município de Itarema; Escola Nazaré Flor – Assentamento Maceió, em Itapipoca; Escola João Sem Terra – Assentamento 25 de Maio, Madalena; Escola Florestan Fernandes – no Assentamento Santana, Monsenhor Tabosa; e Escola Patativa do Assaré em Canindé. A jornada envolveu cerca de 1000 jovens e segue até amanhã (12).

Paraná

Foram realizadas neste dia 11 duas ações: a primeira em Curitiba com escracho ao Senador Álvaro Dias, organizado pela juventude da Frente Brasil Popular. A outra ação foi em Laranjeiras do Sul, com 150 jovens num ato em defesa da educação.

Sergipe

No último sábado (06), aconteceu, como parte da 7ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra, uma ocupação de terra na fazenda São José, município São Cristóvão, em Sergipe. Cerca de 80 famílias acampam no local, coordenadas pelo Coletivo Estadual de Juventude. O objetivo do acampamento é que seja um espaço prioritário para juventude e que seja um espaço de conquistas materiais, da conquista do lote, e também um espaço

de formação e articulação política já que se localiza próximo à capital Aracaju. Alagoas

Com muita música, intervenções, agitação e ocupações, centenas de jovens dos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária do estado de Alagoas mobilizam-se nos municípios de Piranhas, Delmiro Gouveia, Inhapi e Atalaia durante Jornada Nacional da Juventude Sem Terra. No município do Inhapi, no Alto Sertão Alagoano, os jovens ocupam a Secretaria de Cultura. Ainda no Sertão, os jovens das cidades de Piranhas e de Delmiro Gouveia ocupam as sedes das prefeituras dos municípios. Na cidade de Atalaia, a agitação dos jovens vindos das áreas de Reforma Agrária do município denunciando o descaso do poder público somou-se a luta unitária dos trabalhadores do campo e da cidade que estiveram em manifestação no dia de ontem (10).

Pará

Nesta quinta (11), O MST participa com 100 jovens do dia nacional de luta por educação. A concentração com mais de mil pessoas aconteceu em frente ao Mercado de São Brás e seguiu em marcha até a Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

Maranhão

Neste dia 10, a juventude Sem Terra se reuniu na Escola Oziel Alves no assentamento Nova Conquista, no município de Açailândia – Maranhão, para debaterem os desafios da organização dos estudantes dentro da escola.

Espírito Santo

Compondo as atividades da Jornada da Juventude Sem Terra no estado do Espírito Santo, cerca de 60 jovens realizaram um curso de formação na temática da comunicação e da cultura. O curso aconteceu no Assentamento Vale da Esperança, em Santa Tereza, região Serrana, durante os dias 05 a 07 de agosto.

Mato Grosso

Juventude Sem Terra realizou neste dia (12), um debate sobre os desafios de organização, na escola Florestan Fernandes no município de Cláudia. A atividade contou com a participação de 100 jovens.

Rio Grande do Sul

Ontem foi o dia de cerca de 60 educandos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Paulo Freire, do Assentamento Posto Novo de Santana do Livramento, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, se mobilizar na 7ª Jornada Nacional da Juventude Sem Terra. Com o lema 'Você tem fome de quê?', eles debateram sobre a luta do MST pela democratização da terra, o uso de agrotóxicos na agricultura e o direito de todas as pessoas terem uma alimentação saudável – inclusive nas escolas.

Rio Grande do Norte

Nos dias 12 e 13, a juventude Sem Terra se reúne para discutir sobre a educação brasileira, com momento de formação e de oficinas. As atividades se concentram no município de Touros com a participação de jovens dos municípios de João Camará, Pureza, São Miguel do Gostoso e Bento Fernandes.

Agricultor familiar é foco de campanha do CAR. - Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 15/08/2016

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, lançou dia (10/08) campanha nacional sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O material, que tem o slogan: “Produzir com Respeito ao Meio Ambiente”.

A campanha lançada tem como público-alvo agricultores familiares, de imóveis com até quatro módulos fiscais, e conta com material informativo, como cartilha, folder, banners, cartaz, calendário agrícola e material de apoio às ações de mobilização, como faixa, cartaz e adesivos. Foram produzidos, ainda, um vídeo e produtos voltados para divulgação nas mídias sociais.

As peças desse material estão sendo disponibilizadas para os estados, prevendo que cada unidade possa adicionar a sua própria logomarca para as mobilizações regionais.

Além das impressões, que serão feitas por meio de parceria com os estados, serão impressos mais de 500 mil exemplares das peças com recursos do orçamento do SFB/MMA e de projetos internacionais, sob execução do Serviço Florestal Brasileiro,

Regularização Ambiental na Amazônia (KfW Alemanha), Projeto Cerrado Federal (Defra /Banco Mundial), CAR/FIP (Banco Mundial).

FAESE participa de reunião entre produtores de milho e instituições bancárias. – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 16/08/2016

A manhã da última sexta-feira, 12/08, foi de muita conversa entre produtores de milho sergipanos e as instituições bancárias. A perda da safra tem gerado dúvidas e desejo de um posicionamento por parte dos produtores quanto ao uso do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que visa atender pequenos e médios produtores no tocante a exoneração de obrigações financeiras relativas a operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações.

A fim de ajudar aos produtores, o presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Sergipe - FAESE, Ivan Sobral, agendou reuniões entre os produtores e a diretoria dos bancos do Nordeste e do Brasil. Por conta de uma agenda intensa, Ivan Sobral encaminhou o superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Denio Leite para acompanhar às reuniões. Ivan adiantou que a Federação já encaminhou comunicação à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e esta semana, essas informações serão direcionadas ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi.

Denio Leite explicou que a Federação montou uma comissão de técnicos e produtores para conversar com os bancos, a fim de afinar o discurso em torno de um mesmo objetivo. “Ficou claro nas reuniões que há boa vontade na resolução dos problemas. O posicionamento dos bancos na minha avaliação é positiva. Eles explicaram os procedimentos, as etapas e os prazos. Claro que não queríamos utilizar o Proagro, queríamos o grão colhido, mas infelizmente não será possível.

Sergipe é o segundo maior produtor do Nordeste em milho, perde apenas para Bahia. Mas esse ano a pouca chuva fez o cenário mudar. Na última safra foi colhida 600 mil toneladas

de milho, esse ano houve a previsão de colher 1 milhão de toneladas, no entanto, a cada semana os números só caem, “a expectativa é de colher apenas 250 mil de toneladas, isso porque a região Centro Sul do Estado, como exemplo, Arauá, Umbauba e Cristinápolis ainda não foram afetadas totalmente pela falta de chuva. Se nestes municípios não chover o suficiente, o número da colheita pode cair”.

A falta de milho refletirá na pecuária (bovinocultura – leite e corte, avicultura e suinocultura). Na avicultura 60% do custo de produção é ração, ou seja, a população vai sentir no orçamento daqui a uns 90 dias o aumento no preço das carnes e derivados do leite.

O engenheiro agrônomo, Adailton Almeida, acompanhou a reunião, para ele, as reuniões foram proveitosas e atendeu a expectativa dos técnicos quanto à interpretação no sentido de perda parcial e total da safra. “O uso da massa verde era uma preocupação para o agricultor, mas ficou claro na reunião, que o banco vai nomear uma empresa credenciada para periciar as áreas de safra perdidas, depois da perícia, o produtor pode colher essa massa verde - a parte da cultura que ainda serve para alimentação animal - e prosseguir com o processo de cobertura do Proagro”, observou.

Quem vê as plantações no interior sergipano nem imagina o sufoco que os produtores estão passando. Isso porque as plantações de milho não se desenvolveram. Houve a formação do órgão masculino, que é o pendão, e na fase de maior desenvolvimento da parte feminina, foi quando ocorreu a falta de chuva, assim, não houve o cruzamento, e conseqüentemente não houve a formação da espiga.

O produtor José Luiz Melo Junior foi um dos que assistiu sua produção, nos municípios de Nossa Senhora de Lourdes, Gararu, Feira Nova e Graccho Cardoso, não se desenvolver completamente. Ele plantou 800 hectares, desse total, 600 hectares estão perdidos, os 200 hectares restante ainda podem ter alguma salvação se houver chuva. “É o pior ano em décadas. Em todo o Estado já temos em torno 90% de frustração de safra, até na região Centro-Sul, que tem índices pluviométricos de 1.500 milímetros de chuva, vai ter frustração de safra em torno de 50%, no Alto Sertão a perda é de 100%. É só olhar os índices pluviométricos para entender a situação da nossa safra”, relatou.

Ele sugere que cabe aos produtores procurar o mais rápido possível as suas assistências técnicas para dar andamento aos seus processos. “Os bancos irão agilizar a indicação do técnico perito, para dar celeridade aos processos”.

O gerente executivo em exercício do Banco do Nordeste do Brasil, Lúcio Maciel, sugeriu que fosse dada a antecipação no pedido de vistoria por parte do Banco para liberar plantio de forma a possibilitar a utilização da massa verde na alimentação animal em forma de silagem, diminuindo assim os prejuízos. Na oportunidade, ele fez as orientações técnicas e informou que as ações a serem realizadas em situação de perda parcial deve ser aquelas previstas nas normas do Banco Central, gestor do Proagro, e que as empresas prestadoras de assistência técnica devem adotar as ações para agilizar a entrega no banco da comunicação de perda para que assim o banco possa proceder com a vistoria do empreendimento do cliente, por meio de técnico próprio ou de empresa habilitada a realizar o procedimento. “Temos acompanhado a situação de estiagem no estado de Sergipe e que as contratações deste ano no crédito rural até a primeira semana de agosto foi de R\$ 102 milhões, sendo que 60% é composto de operações de custeio e, portanto está sensível a demanda dos agricultores e que não poupará esforços para agilizar, dentro do fluxo normativo e segregação de responsabilidade, os pedidos de cobertura do Proagro, em articulação com as áreas competentes”, assegurou.

Ruralista vai a novo julgamento por morte de trabalhador Sem Terra. - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 17/08/2016.

Mais de 18 anos após o assassinato do trabalhador rural sem terra Sebastião Camargo, o ruralista Marcos Prochet irá, novamente, a júri popular.

Ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Marcos Prochet vai a júri popular no próximo dia 25. Essa é a segunda vez que Prochet é julgado – no primeiro julgamento, anulado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, o ruralista foi condenado a mais de 15 anos de prisão .

Mais de 18 anos após o assassinato do trabalhador rural sem terra Sebastião Camargo, o ruralista Marcos Prochet irá, novamente, a júri popular, no próximo dia 25 de agosto. Prochet, ex-presidente da União Democrática Ruralista – associação de proprietários rurais voltada à “defesa do direito de propriedade” – é acusado de coordenar a ação de

milícias privadas e executar, com um tiro na cabeça, à queima roupa, Sebastião Camargo durante o despejo ilegal de famílias acampadas na Fazenda Boa Sorte, na cidade de Marilena, Noroeste do Paraná.

O ruralista já foi julgado em 2013 e condenado a 15 anos e 9 meses de reclusão em regime inicialmente fechado por ter sido considerado autor do disparo que vitimou Sebastião Camargo, mas teve a decisão anulada pelo Tribunal de Justiça do Paraná. Prochet é a quarta pessoa a ir a júri popular pela morte de Sebastião Camargo.

Outras duas pessoas também já foram condenadas pela participação no crime: Teissin Tina, ex-proprietário da fazenda Boa Sorte, onde o agricultor foi morto, recebeu condenação de seis anos de prisão por homicídio simples; Osnir Sanches foi condenado a 13 anos de prisão por homicídio qualificado e constituição de empresa de segurança privada, utilizada para recrutar jagunços e executar despejos ilegais.

Augusto Barbosa da Costa, integrante da milícia privada, também foi condenado, mas recorreu da decisão. Denunciado apenas em 2013, o ruralista Tarcísio Barbosa de Souza, presidente da Comissão Fundiária da Federação de Agricultura do Estado do Paraná – FAEP, ligada à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), também responde pelo crime. O ruralista é ex-tesoureiro da União Democrática Ruralista (UDR) e ex-vereador em Paranavaí pelo partido Democratas (DEM).

A UDR está diretamente relacionada a diversos assassinatos de trabalhadores sem terra no Paraná durante a década de noventa, Estima-se que quase cem pessoas – entre pistoleiros e autoridades da região - tenham participação no crime, apesar de não terem sido denunciadas.

Ações trabalhistas movidas por “seguranças” contra a UDR reforçam o volume de provas sobre a formação de milícias armadas. No Paraná, a UDR já respondeu a oito ações movidas por pistoleiros perante a Justiça do Trabalho, reivindicando pagamentos por serviços de “proteção” a membros da entidade.

Violência sintomática

A morte de Sebastião Camargo não foi um caso isolado. Entre 1995 e 2002, ao menos outros 16 trabalhadores rurais sem terra foram assassinados. A ação organizada de ruralistas, a omissão da Justiça, e o consentimento de agentes ligados ao governo estadual da época e à polícia militar são fatores em comum dos assassinatos. Em apenas em um

desses casos – na morte do trabalhador Eduardo Anghinoni, houve condenação do executor.

Um esquema de milícias armadas montado para despejos violentos no Paraná foi desmantelado pela “Operação Março Branco”, da Polícia Federal. O esquema era financiado por fazendeiros, para realizar ataques contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Deflagrada em 2005, a operação prendeu oito pessoas por formação de organização criminosa, entre elas o ex-coronel Waldir Copetti Neves.

As violações ocorridas do direito à vida, às garantias judiciais e à proteção judicial que marcaram o assassinato do trabalhador sem terra levaram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) a responsabilizar o Estado Brasileiro pelo crime, em 2009, 11 anos após o assassinato.

Em seu relatório, a CIDH afirmou que “o Estado brasileiro não cumpriu sua obrigação de garantir o direito à vida de Sebastião Camargo Filho (...) ao não prevenir a morte da vítima (...) e ao deixar de investigar devidamente os fatos e sancionar os responsáveis”.

Relembre o caso

O dia 7 de fevereiro de 1998 ainda não tinha clareado nos barracos de lona fincados na Fazenda Boa Sorte quando as famílias acampadas ouviram chegar carros e caminhões. Mais de 40 homens armados com escopetas calibre 12, encapuzados e vestidos com camisas pretas desceram dos veículos, determinados a despejar ilegalmente as 70 famílias sem terra que ocupavam as terras improdutivas da fazenda Boa Sorte, em Marilena, Noroeste do Paraná. A fazenda já havia sido declarada como improdutiva pelo INCRA antes mesmo das famílias ocuparem o local.

Neste dia, foi morto, com um tiro na cabeça, o agricultor Sebastião Camargo Filho, de 65 anos, pai de cinco filhos. O sem terra é uma das vítimas da ação de milícias armadas no campo, com graves suspeitas de participação direta da União Democrática Ruralista – UDR, durante governo Jaime Lerner, 1995 a 2002.

Apesar dos acusados de participação no crime já terem sido julgados e condenados – com exceção de Tarcísio Barbosa, ex-tesoureiro da UDR, denunciado pelo Ministério Público apenas 2013 - até o momento, a família não recebeu nenhum tipo de reparação.

Além disso, mesmo com o amplo material levantado acerca do assassinato, o processo criminal permaneceu em fase de instrução inicial durante muito tempo e vários crimes prescreveram pela demora da investigação.

O caso foi denunciado à CIDH em 2000 pela Terra de Direitos, Justiça Global, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP), em reação à demora injustificada no andamento do processo. Em 2009, a CIDH responsabilizou o Estado Brasileiro pelo crime.

Monsanto quer ser a Amazon da agricultura. Jacob Bunge – Site Valor Econômico. 18/08/2016

A Monsanto Co. está elevando suas apostas nos serviços computadorizados para lavouras, numa tentativa de atrair agricultores desejosos de aumentar a produtividade em meio aos baixos preços das commodities agrícolas.

A gigante americana dos agronegócios planeja expandir sua subsidiária Climate Corp., que usa modelos computacionais para ajudar produtores a gerenciar plantações e lidar com as condições meteorológicas. A meta é transformar a Climate numa rede on-line similar à Amazon.com Inc., criando uma plataforma na web para que os agricultores possam pagar por serviços e compartilhar dados com a Monsanto e outras empresas.

Ela não está sozinha. DuPont, Cargill e Deere & Co. também estão investindo nessa área, além de uma série de "startups".

A aposta da Monsanto é feita apesar de resultados limitados com seus serviços digitais até agora. Muitos produtores vêm cortando custos e não gostam da ideia de compartilhar suas informações. A Monsanto montou a divisão ao investir mais de US\$ 1 bilhão em aquisições nos últimos quatro anos.

Fetraf denuncia a retirada de direitos dos trabalhadores no Dia Nacional de Luta e Mobilização, em Porto Alegre. – Site da Federação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 18/08/2016

A Fetraf-RS participou na terça-feira(16) do Ato Unificado dos Trabalhadores do campo e da cidade contra a retirada de direitos proposta pelo governo interino de Michel Temer. A manifestação que marcou, no RS, o Dia Nacional de Luta e Mobilização da Classe Trabalhadora, reuniu mais de mil pessoas e aconteceu em frente à sede da Fieggs, em Porto Alegre. A atividade contou com a presença da CUT, CTB, UGT, Nova Central, Força Sindical, CGTB, Intersindical e CSP-Conlutas.

A coordenadora da Fetraf-RS, Cleonice Back, salientou a importância da junção do campo e da cidade na luta por suas conquistas. “A união dos trabalhadores do campo e da cidade, das mais diversas categorias, acontece porque todos os brasileiros serão atingidos por esse ataque aos nossos direitos”, frisou. Segundo ela, uma das maiores preocupações é com o futuro da agricultura familiar. “Os pequenos agricultores serão muito penalizados”, denunciou.

Back alertou que a previdência rural, ameaçada por Temer, é de suma importância para a produção de comida no campo e continuidade da agricultura familiar. “Queremos ficar no interior produzindo alimentos e a previdência impacta diretamente nessa questão. Se os homens e mulheres tiverem que esperar até os 65 para se aposentar, ninguém mais vai ficar na roça e a segurança alimentar do país estará ameaçada”, alertou.

Além das centrais, houve também pronunciamentos de federações e sindicatos estaduais, todos indignados com os ataques dos golpistas aos direitos da classe trabalhadora e com a provocação vergonhosa da Fieggs, que instalou um enorme banner na entrada do pátio, onde ignora que são os empresários que causaram 11 milhões de desempregados e ainda responsabiliza a CLT e o movimento sindical.

“Eles não tem nenhum pudor. A caneta está nas mãos de um golpista que está disposto a assinar qualquer lei que esse Congresso de ampla maioria empresarial aprove. Então, não teria outro lugar mais adequado do que em frente à Fieggs, as entidades que financiaram o golpe e agora exigem o atendimento de sua pauta. E a pauta é o fim da CLT e dos direitos trabalhistas”, afirmou o presidente da CUT-RS, Claudir Nespolo.

Ele esclareceu que os atos de hoje visam denunciar os reais objetivos do golpe que está em curso no Brasil e que o alvo são os direitos sociais, previdenciários e trabalhistas. “Michel Temer jamais seria eleito com as propostas que estão sendo discutidas agora.”

Claudir parabenizou a união das centrais sindicais e defendeu a construção de uma greve geral. “Vamos olhar para o próximo período de grande defesa e resistência para garantir a maior greve geral da história,” salientou.

O presidente da CUT-RS ponderou que é necessário mobilizar e conscientizar ainda mais a população. “Essa agenda só vai funcionar se a gente conseguir desalienar a classe trabalhadora, que ainda está impactada pela manipulação da grande mídia que todos os dias mostra a pauta dos patrões”, criticou.

Para a presidente do CPERS Sindicato, Helenir Schurer Aguiar, a união das centrais sindicais representa um “momento histórico” e é um passo necessário para a “conscientização dos trabalhadores” para tentar barrar os ataques aos direitos trabalhistas, à reforma da previdência e as propostas de privatização em nível federal e estadual.

Helenir rebateu os argumentos usados pelas federações empresariais de que a reforma da Previdência é necessária para modernizar a legislação e equiparar o Brasil aos movimentos que ocorrem em outros países. “Às vezes usam a França ou outro país para aumentar o tempo de aposentadoria. Se nós tivéssemos as mesmas condições de vida, a mesma idade para começar a trabalhar e o salário que temos na Europa, a gente poderia até discutir, mas aqui no Brasil a realidade é outra. Muitas vezes, os filhos dos trabalhadores já estão no mundo do trabalho aos 14 anos. Trabalhar dos 14 aos 70 anos é sugar toda a vida do trabalhador e negar a ele o direito de ter um momento de se aposentar e poder curtir a vida”, ponderou.

Integrante da direção nacional da CUT-RS, Mara Feltes, enfatizou que “a direita está com as garras em cima dos direitos dos trabalhadores”. Ela destacou que o que gera renda e desenvolve uma nação é a geração de emprego e a valorização do salário mínimo, justamente o oposto do que o governo golpista está fazendo.

“E não podemos nos esquecer do nosso estado, do desrespeito do Sartori com o serviço público que não passa verba para hospitais, não investe em educação. O Rio Grande do Sul parou e é isso que querem para o Brasil. Mas nós não vamos deixar, pois aqui tem resistência”, finalizou Mara.

“Todo o progresso no mundo do trabalho se deu por causa das lutas dos trabalhadores”, sublinhou o petroleiro e secretário de Saúde do Trabalhador da CUT-RS, Dary Beck, acrescentando que os empresários não pensam em modernização, pois defendem práticas de trabalho escravo.

De acordo com ele, para os petroleiros, esse golpe tem um fator a mais, que é a entrega do pré-sal para o capital estrangeiro. “Estão entregando a nossa riqueza. Temos petróleo suficiente para garantir uma boa vida para o povo brasileiro. Se entregarem nossas reservas, daqui a pouco teremos que importar petróleo. Podemos ser uma Noruega ou uma Nigéria, esses dois países tem reservas de petróleo, a Noruega não entregou sua riqueza, ao contrário da Nigéria”, comparou Dary.

O diretor da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e vice-presidente da CUT-RS, Marizar de Melo, atacou também o PLP 257/16 e a PEC 241/16. “É maior ataque aos servidores na história, uma vez que esses projetos enterram o serviço público”, apontou.

Marizar acredita que o pato da Fiesp está “cobrando um preço alto demais, retirando nossos direitos”. Ele avisou os golpistas que “nós não vamos pagar pela ganância desse pato”.

A secretária de Juventude da CUT-RS, Letícia Raddatz, alertou para os prejuízos que as medidas adotadas pelo governo golpista causam aos jovens, pois, além de atacar a CLT, houve redução nos investimentos em educação. Ele chamou a atenção para as consequências no próximo período. “Nós já somos quem mais sofre no mercado de trabalho, nossa jornada é maior, os salários são menores e somos as principais vítimas da rotatividade. As medidas de Temer vão piorar ainda mais esse cenário para a juventude”, disse Letícia.

Durante encontro, Via discute criminalização dos Movimentos e direitos camponeses. Íris Pacheco - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 19/08/2016.

Participam do Encontro cerca de 60 participantes de 18 países da África, Ásia, Europa e América.

Realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), município de Guararema, São Paulo, o Encontro de Direitos Humanos da Via Campesina, que começou nesta

quinta-feira (18) e vai até este sábado (20), debate assuntos que envolvem a conjuntura política no atual momento de criminalização das lutas dos movimentos sociais no mundo. O evento aborda também os Tratados Internacionais que envolvem os direitos camponeses e as violações destes pelo Estado e empresas transnacionais.

Participam do Encontro cerca de 60 militantes de 18 países da África, Ásia, Europa e América. São dirigentes políticos de todos os continentes e advogados populares vinculados a Movimentos camponeses da Via Campesina e também organizações parceiras, que, durante esses três dias, irão discutir e traçar um plano de ação que unifique as iniciativas existentes nos países e consiga ter ações rápidas de denúncia e solidariedade internacionalista.

Ao fazer abordagens sobre o Sistema Interamericano de Justiça e a ONU, Angélica Castañeda, da Fian Internacional, comenta que dificilmente as organizações conseguem atuar em todos os âmbitos para dar visibilidade, por inúmeras questões burocráticas, mesmo em casos emblemáticos. “O tema da criminalização é sintomático nos Direitos Humanos. É fundamental fortalecer os trabalhos no tema da criminalização e a violência, dar visibilidade”, salienta.

Na América Latina são relatados vários casos de criminalização dos Movimentos camponeses. Perla Alvarez Britez, da coordenação da Organização das Mulheres Campesinas Indígenas (Conamuri), no Paraguai, relata que o mecanismo de criminalização jurídica de dirigentes que estão nas comunidades em confronto direto com as empresas nacionais e os latifundiários é intenso. “No Paraguai, o caso mais emblemático que temos é Curuguaty, que se encontra em um ponto chave de expansão do plantio de soja”.

O país tem cerca de 300 mil famílias Sem Terra e aquelas que as têm não estão asseguradas, pois o mercado de terras impulsionado pelo Banco Mundial junto ao Governo neoliberal de Cartes tem promovido um mecanismo de contra-Reforma Agrária e a criminalização de quem luta pela terra.

Pela exposição de representantes dos movimentos de diversos países sobre a violação dos direitos dos camponeses e camponesas no mundo, essa ação sistemática vai desde a inexistência de subsídios técnicos e de políticas públicas para a agricultura familiar por parte do Estado, principalmente para as mulheres camponesas, como relatado em casos

da Índia. A violência sistemática contra as mulheres também é presente nos relatos da Zona do Oriente Médio e Norte da África.

Inclusive, há disputa pela terra por meio da atuação do governo com a aprovação de leis que beneficiam os megaprojetos que envolvem a espoliação dos recursos naturais, como a mineração. As conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, a exemplo, do Plano de Segurança Alimentar no Nepal, tem sido duramente atacado pelos interesses do capital.

Tratados Internacionais

O Tratado Internacional que vincula empresas transnacionais aos direitos humanos foi foco de debate do Encontro.

De acordo Tchenna Maso, Advogada popular do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), o Tratado precisa regulamentar as ações das empresas, impor deveres. E que os Movimentos devem manter é o caráter de luta anti-imperialista, principalmente porque o Estado se coloca em uma posição contrária da qual deveria estar. “É papel do Estado, garantir os Direitos Humanos, porém o mesmo se coloca como um violador desses direitos em parceria com as empresas”, afirma.

Para a advogada, há uma dificuldade de acesso no campo jurídico, que é restrito e burocrático, para que aconteça um esgotamento das vias nacionais e internacionais, quando se refere à denúncia desses casos.

Além disso, Tchenna ainda comenta sobre a importância da rearticulação da luta pela CLOC-Via Campesina na América contra os Tratados de Livre Comércio com a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, que acontece no dia 04 Novembro. O espaço é fruto de uma articulação de unidade e luta dos movimentos sociais populares contra os avanços neocoloniais que atentam contra a integração e os direitos dos povos no continente.

Outro documento discutido no espaço se refere ao Tratado campesino na ONU. Diego Montón, da Coordenação Nacional do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) e da Secretaria Operativa da Cloc-Via Campesina na Argentina, acompanha o processo de discussão e promoção dos Direitos Campesinos da América Latina.

“Estamos em uma batalha diária que se dá nos territórios. Parece-nos, que discutir os direitos dos camponeses e camponesas na Declaração, ajuda no debate político sobre o

camponeses como sujeito econômico, cultural, político e social ser fundamental para a saída das crises estruturais em que estamos”, ressalta Diego.

O processo dentro da Via Campesina se iniciou em 2000, com um debate sobre a necessidade de colocar como direitos humanos questões que ferem a soberania, bem como a pluralidade cultural e diversidade dos povos, e que não haviam sido discutidas.

A Declaração é baseada em eixos que retratam a Reforma Agrária, a Soberania Alimentar, o uso coletivo e comunitário da terra, a biodiversidade, as Sementes, a produção e comercialização a preços justos dos produtos, as mulheres camponesas e a igualdade de trabalho no campo, além de direitos que já existem, mas que quando se refere ao campo estavam dispersos, como a saúde e a educação.

Dentro do Conselho houve a resistência de alguns países do norte, como os EUA e União Europeia, que se basearam em três elementos para questionar o documento, negar a existência da identidade camponesa como classe global, a necessidade de falar de novos direitos e oposição à concepção de direitos coletivos.

Segundo Diego, a luta pela declaração é necessária para avançar e visibilizar a proposta que a Via Campesina tem sobre o campesinato no marco da crise do capitalismo hoje, que é a concepção de que a agricultura camponesa pode alimentar a humanidade. Ainda, para gerar a discussão na comissão de Direitos Humanos da ONU sobre melhores condições para frear as ações de criminalização dos Movimentos, em especial, a África e América Latina.

Os danos ambientais do neoliberalismo. Baher Kamal - Carta Maior, 19/08/2016.

Embora as secas ocorram em todo o mundo, a África parece ser o continente mais prejudicado.

O mundo perde 12 milhões de hectares de terra fértil por ano, o que equivale a 33 mil hectares diários, de 30 a 35 vezes mais que a proporção histórica. Estudos científicos calculam que a superfície terrestre em condições de seca passou de algo entre 10 e 15% no começo da década de 70 a mais de 30% no início deste século – e essas cifras continuam aumentando.

Embora as secas ocorram em todo o mundo, a África parece ser o continente mais prejudicado. De acordo com a Convenção das Nações Unidas para a Luta contra a Desertificação (UNCCD, por sua sigla em inglês), dois terços das terras africanas são desertos ou terras áridas. O desafio para o terceiro continente mais extenso do planeta é enorme: a África, com seu 1,2 bilhão de habitantes, distribuídos em 54 países, foi a região mais afetada pelo fenômeno climatológico conhecido como El Niño, nestes anos de 2015 e 2016. “A nível mundial, as secas são cada vez mais graves, com maior frequência, maior duração e extensão espacial. Seu impacto é cada vez maior, e inclui o deslocamento humano massivo e a migração”, expressou Daniel Tsegai, funcionário da UNCCD, na Conferência sobre a Seca na África, evento que acontece em Windhoek até esta sexta-feira 19, organizado pelo organismo na ONU e pelo governo da Namíbia. A conferência insiste no apelo à “resiliência diante da seca”. Em diálogo com IPS, Tsegai explicou que “a resiliência diante da seca se define simplesmente como a capacidade de um país para sobreviver às secas consecutivas e ser capaz de recuperar as condições prévias”.

“Para começar, há quatro aspectos na seca, o meteorológico (clima), o hidrológico (águas superficiais), o agrícola (cultivo) e o socioeconômico (as consequências para os seres humanos)”,

Os cinco grandes “ausentes”

Para Tsegai, os principais obstáculos para se chegar à resiliência diante da seca na África são:

- a) a falta de uma base de dados adequada, que inclua o clima, os recursos hídricos – superficiais e subterrâneos –, a umidade do solo, assim como as incidências de secas passadas e seus impactos.
- b) a má coordenação entre os diversos setores e atores relevantes num país e entre países de uma região.
- c) o baixo nível de capacidade para aplicar medidas de redução do risco de seca, especialmente a nível local.
- d) a falta de vontade política para implementar políticas nacionais contra a seca.
- e) o elemento econômico da preparação para a seca, que não está bem investigado.

Com respeito aos objetivos da UNCCD, Tsegai afirmou que esta procura melhorar a produtividade da terra, restaurá-la ou preservá-la, para estabelecer um uso mais eficiente da água e melhorar as condições de vida das populações afetadas pela seca e pela desertificação.

O funcionário destacou algumas das estratégias que se podem adotar para aumentar a resiliência diante da seca. Em primeiro lugar, uma mudança de paradigma na maneira de lidar com o problema. Devemos mudar a forma de pensar sobre a seca, agregou. “A seca já não é mais um evento isolado e tampouco uma ‘crise’. É um problema que vai ser mais frequente, grave e de maior duração. Passou a ser um risco constante”, assegurou Tsegai. “Portanto, temos que deixar de ser reativos para sermos proativos, passar do foco na gestão da crise para o da gestão dos riscos, do enfoque fragmentado a um mais coordenado ou integrado. Tratar o tema das secas como uma crise implica tratar os sintomas... e não as causas”, advertiu.

“Em resumo, o caminho a seguir é o desenvolvimento de uma (política de) seca nacional baseada nos princípios da redução dos riscos”, recomendou. Em segundo lugar, é necessário fortalecer os sistemas de controle e de alerta antecipada das secas. Também é importante avaliar a vulnerabilidade dos países diante dos fenômenos, e realizar perfis de risco: quem serão os afetados, em que zonas e quais serão os impactos.

A execução de medidas de redução do risco inclui o desenvolvimento de sistemas de irrigação sustentáveis para os cultivos e para o cuidado da pecuária, o seguimento e a medição do abastecimento de água e seus usos, a reciclagem e a reutilização das águas, e a possibilidade de cultivos mais tolerantes às eventuais secas, além da ampliação de seguros de colheitas.

As cinco grandes opções Tsegai espera cinco resultados na conferência de Windhoek: Um documento da estratégia comum para a África, para fortalecer a preparação diante das secas no continente, que possa se aplicar e compartilhar entre os países, que conduza o desenvolvimento de políticas nacionais integradas destinadas à construção de sociedades mais resilientes às secas, baseadas no uso sustentável e na gestão dos recursos naturais – terra, bosques, biodiversidade, água, energia, etc. Se espera que os países cheguem a um acordo para estabelecer um protocolo que seja vinculante e que se apresentará na Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente

em 2017, para sua aprovação na cúpula da União Africana (UA). Os resultados da conferência serão apresentados aos governantes da UA, visando obter seu respaldo. Se espera também que a conferência fortaleça as alianças e a cooperação Sul-Sul, para apoiar o desenvolvimento de políticas nacionais e a melhora das já existentes sobre gestão da seca.

Quem são os responsáveis por mais essa morte no campo? Layza Queiroz e Luciana Pivato. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 19/08/2016.

No último dia 4 de agosto, mais um defensor de direitos humanos foi assassinado no Brasil. Ronair José de Lima tinha 41 anos e era liderança do acampamento Novo Oeste, situado nas terras públicas que compõe o imóvel rural denominado “Complexo Divino Pai Eterno”, no município de São Félix do Xingu/PA.

A morte de Ronair é emblemática e demonstra como a aliança de agentes públicos e privados têm sido a principal responsável pelo grave quadro de violência praticada contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil.

O complexo “Divino Pai Eterno” é composto, em sua totalidade, por terras da União (Gleba Misteriosa), ocupadas há mais de 10 anos por cerca de 150 famílias de trabalhadoras e trabalhadores rurais. Essas famílias sofrem com permanentes ameaças e violências praticadas por fazendeiros-grileiros da região que se intitulam proprietários das terras reconhecidamente públicas.

Segundo dossiê da Comissão Pastoral da Terra de Marabá, que acompanha o caso, nos últimos seis anos, seis trabalhadores foram covardemente assassinados na região. Além dessas mortes, outras quatro pessoas sofreram tentativas de homicídios, lesões corporais e ameaças pelos fazendeiros e seus pistoleiros. O próprio Ronair já havia sido vítima de ameaças e tentativas de homicídio, tendo sido baleado em uma emboscada no dia 27 de fevereiro deste ano. Sua morte já estava anunciada e a indiferença do sistema de Justiça e das instituições públicas foi a força e a coragem daqueles que o assassinaram.

O papel da injustiça no acirramento da violência contra os/as trabalhadores/as rurais

Em agosto do ano de 2014, a Superintendência Regional do Incra Sul Pará solicitou a afetação das terras da União que compõem o Complexo Divino Pai Eterno à política de Reforma Agrária, com o objetivo de criar um projeto de assentamento no local e atender parte das milhares de famílias acampadas na região sul do Pará.

Contudo, como a terra permanecia ilegalmente ocupada por fazendeiros, foi necessário o ajuizamento de ação civil pública para assegurar a posse do INCRA sobre as terras.

O Juiz Federal da Subseção de Redenção, tendo em vista a inquestionável titularidade pública da área bem como o intenso conflito na região, concedeu tutela antecipada ao Incra, determinando a retirada imediata dos fazendeiros do local. O fundamento dessa decisão, proferida em novembro de 2015, era justamente resguardar a vida e integridade física das trabalhadoras e trabalhadores rurais:

Há de se concluir pela existência de um clima de tensão social na região, exigindo imediata intervenção estatal, a fim de se evitar novos episódios de violência, que no caso é gerada, por um lado, pela ocupação de vastas parcelas de terra pública sem autorização e, por outro, pelas inúmeras famílias acampadas na região pleiteando de serem assentadas. (4480-53.2015.401.3905/ Justiça Federal de Redenção)

Apesar de ser incontestável que a área se trata de terra pública ilegalmente invadida, desprezando ainda todo o contexto de violência sofrido pelas famílias de trabalhadores/as rurais – algo observado, inclusive, pelo Juiz local –, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília, optou por suspender a decisão judicial, impedindo que o Incra criasse o projeto de assentamento e permitindo a permanência dos fazendeiros no local.

Na decisão que suspendeu a liminar que havia concedido a posse da área ao Incra, datada de 15 de janeiro deste ano, o então relator, Desembargador João Batista Moreira, considerou que a desocupação da área pelos fazendeiros-grileiros era medida extrema e que não poderia ser tomada em sede de urgência [1]. Posteriormente, a Desembargadora relatora convocada, Rogéria Maria Castro Debelli, em 18 de fevereiro manteve a mesma decisão, suspendendo mandados de reintegração de posse que tinham sido deferidos em favor do Incra [2]. Apenas nove dias após essa decisão, Ronair foi vítima de uma emboscada e sofreu uma primeira tentativa de homicídio.

Ao privilegiar o direito daqueles que invadiram ilegalmente as terras públicas da União, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região agiu sem a esperada postura de proteção da vida humana e respeito aos direitos humanos das famílias que aguardam a criação de Projeto de Assentamento, sob ameaças cotidianas. O posicionamento do Tribunal faz letra morta ao art. 188 da Constituição Federal, segundo o qual a destinação de terras públicas deverá ser compatibilizada com o Plano Nacional de Reforma Agrária.

As decisões até aqui proferidas são liminares – isto é, o Incra ainda aguarda o julgamento de mérito da questão. Mas, apesar de interpostos há mais de seis meses, os agravos nem sequer foram incluídos em pauta de julgamento, permanecendo suspensa, assim, a possibilidade de pacificar o conflito social existente.

Ronair não conseguiu esperar vivo a resolução do conflito. Seus algozes souberam contar com a morosidade do Poder Judiciário para assassinar mais uma liderança comunitária do Complexo Divino Pai Eterno.

Esse é mais um caso em que, apesar da intensa batalha judicial, do envolvimento de diversos órgãos públicos e dos esforços para destinação da área à sua finalidade social, o Judiciário se coloca ao lado da apropriação ilícita de terras públicas, em detrimento dos direitos humanos de centenas de famílias.

A postura do Tribunal, neste caso, contraria inclusive o entendimento mais recente que vem se consolidando nos Tribunais Superiores a respeito dos conflitos coletivos envolvendo a posse de terras. O Superior Tribunal de Justiça já se posicionou recentemente no sentido de que, na ponderação entre a vida e a propriedade, a primeira deve se sobrepor [3], como no julgamento do caso das ocupações da Izidora em Belo Horizonte. Em outra recente decisão, o STJ não apenas determina a prevalência dos direitos humanos e do princípio da dignidade humana, como chama a atenção para as implicações que as decisões podem ter sobre a realidade de comunidades inteiras:

O julgador, diante do caso concreto, não poderá se furtar da análise de todas as implicações a que estará sujeita a realidade, na subsunção insensível da norma. É que a evolução do direito não permite mais conceber a proteção do direito à propriedade e posse no interesse exclusivo do particular, uma vez que os princípios da dignidade humana e da função social esperam proteção mais efetiva. (STJ, RESP 1.302.736 – MG, julgado em 02/04/2016)

Outro elemento que novamente chama a atenção é o verdadeiro absurdo que configura a inexistência de instrumentos legais que garantam que casos que envolvem violações de direitos humanos sejam tratados com prioridade pelo Poder Judiciário. Na prática, observamos mais uma vez que, além de não garantir a realização do direito humano à terra, o Judiciário contribuiu para o acirramento da violência no local servindo de verdadeiro obstáculo à destinação da área às famílias.

É preciso ainda dizer que a inoperância do sistema de justiça quanto à investigação dos crimes cometidos contra os/as trabalhadores/as rurais perpetua o cenário de violência. A impunidade das graves violações de direitos humanos é marca registrada dos conflitos no campo no Brasil. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, apenas 6% das mortes de defensoras e defensores de direitos humanos por conflito no campo são investigados no Brasil. E, somente este ano, já foram registrados cerca de 40 casos de assassinatos, sendo a maioria deles relacionados aos conflitos agrários, segundo levantamento do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos [4].

O assassinato de Ronair causa enorme indignação aos diversos movimentos, organizações e defensores/as dos direitos humanos que há anos vinham reivindicando providências urgentes no sentido de garantir a vida e os direitos das famílias que vivem no local. Até quando os/as trabalhadores/as pagarão com suas vidas por tamanho descaso e conivência dos poderes públicos do país? De quem é a responsabilidade por mais esta morte no campo?

* Luciana Pivato é advogada da organização Terra de Direitos, membro da JusDh e da Renap, especialista em direito penal e criminologia pela Universidade Federal do Paraná e Instituto de Criminologia e Ciência Criminais.

* Layza Queiroz é advogada da organização Terra de Direitos, e integrante do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. Atua na pauta sobre defensoras e defensores de direitos humanos e na assessoria jurídica popular a movimentos sociais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais da Amazônia que lutam pela defesa de seus direitos territoriais.

MST lamenta a morte de militante Sem Terra. - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 19/08/2016.

Alvimar Ribeiro dos Santos, militante de longa data da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi um dos fundadores do MST em Minas Gerais.

“A morte não é uma verdade quando se cumpre bem o papel da vida.” (José Martí)

Os movimentos sociais perderam hoje (19), um dos alicerces da luta pela terra. Alvimar Ribeiro dos Santos, militante de longa data da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi um dos fundadores do MST em Minas Gerais. Esteve presente no primeiro Congresso, que fundou o movimento, em 1985. No Jornal Sem Terra, preparatório ao congresso, ele anunciou o início da luta no estado mineiro, com a qual contribuiu até seus últimos dias.

Já enfermo, Alvimar, a todo instante, queria saber da conjuntura, discutir a política e pensar em como continuar construindo as lutas.

Geraizeros, quilombolas, indígenas, sem terras, trabalhadores do campo e da cidade contaram com seu compromisso e a firmeza política. Ele fez de seu sangue, a luta em diversas organizações.

Seu coração, grande e forte resistiu por vários dias, mesmo quando os pensamentos pediram para descansar. Um exemplo de resistência e convicção no amanhã.

Por isso, o camarada Alvimar continuará vivo em nossa prática diária e sempre será referência para todos que lutam por um mundo melhor. Mais do que nunca é preciso seguir os caminhos abertos por seus passos e fazer os enfrentamentos necessários na libertação dos pobres, na luta pela terra e pela justiça!

Alvimar da CPT: SEMENTE DE IPÊ

E se fôssemos uma mata assim...

...de Cerrado mesmo.

Então, acho que você seria um ipê

Um ipê grande, com sombras e flores.

Certa vez me dissera

que o ipê é o símbolo do sertão.

Ah!!! Neste sertão fizera história,
em cada cantinho norte-mineiro.
Conhecera grota por grota,
estrada por estrada,
rodagem por rodagem.
Também fora conhecido por tua animação,
tua palavra sábia
e teu grito forte.
Sabia mexer com o coração das pessoas,
e com a cabeça também.
Você foi e será sempre um ser lutador:
Lutador bravo mas sereno,
um ser tão sentimental e solidário
um ser tão do tamanho do SERTÃO,
Da beleza do ipê em flor,
tuas sementes aladas estão espalhadas por onde passou!

* Oswaldo Samuel Costa Santos, um dos filhos de Alvimar

Aquisição da Syngenta pela ChemChina é aprovada por comissão nos EUA. Dow Jones Newswires – Site O Estado de São Paulo. 22/08/2016

A estatal chinesa National Chemical Corp, a ChemChina, anunciou nesta segunda-feira que a Comissão sobre Investimento Estrangeiro nos Estados Unidos (CFIUS, na sigla em inglês) liberou sua proposta de aquisição da suíça produtora de sementes e agroquímicos Syngenta, em um acordo de US\$ 43 bilhões, tirando um dos maiores obstáculos para a conclusão desta negociação.

A aquisição da Syngenta pela ChemChina deverá ainda ser avaliada por outros órgãos reguladores em diversos mercados. A CFIUS, em particular, avalia o risco de operações financeiras à segurança nacional e tem representantes de 16 departamentos e agências, incluindo o Tesouro e os departamentos de Segurança Interna e de Defesa, mas não o Departamento de Agricultura (USDA). O órgão tem o poder de bloquear ofertas que considera uma ameaça à segurança do país, porque um quarto das vendas da Syngenta

vêm da América do Norte. O acordo, que marca a mais ambiciosa tentativa de aquisição estrangeira por uma empresa chinesa até hoje, ainda está sujeita a avaliação antitruste, entre outras.

A União Europeia (UE), por sua vez, deve fazer uma ampla auditoria para identificar se outras estatais chinesas do setor fazem parte do mesmo grupo da ChemChina e se isso levaria à concentração no mercado de defensivos na Europa, avaliam agentes.

"É possível haver uma briga durante a análise da companhia porque nem sempre é claro quanto controle o Estado chinês tem sobre uma empresa particular e se ele coordena as atividades daquela companhia junto com as de outra empresa do mesmo setor", disse David Anderson, sócio do escritório belga da área antitruste Berwin Leighton Paisner LLP.

Se a UE considerar que a ChemChina de fato faz parte de um grupo maior de empresas, aumentariam as chances de haver sobreposição das atividades da companhia e da Syngenta. Neste caso, Syngenta e ChemChina poderiam se ver obrigadas a vender ativos, segundo Jeremy Redenius, analista sênior da Bernstein Research.

O escrutínio dos efeitos do acordo, para o setor de agroquímicos e também de petróleo, já é esperado também porque a ChemChina tem o controle da Adama, empresa com forte atuação nos segmentos de inseticidas e herbicidas, junto com Syngenta e Dow Chemical, de acordo com a Bernstein Research.

Enquanto aguarda um desfecho do processo, a ChemChina trabalha para garantir recursos para a operação. HSBC Holdings e China Citic Bank International devem prover os US\$ 43 bilhões envolvidos no negócio, mas outros agentes do setor trabalham no financiamento de longo prazo da companhia compartilhando parte dos débitos com outros bancos e vendendo ações da Syngenta para co-investidores.

A proposta de aquisição da ChemChina faz parte de uma série de investimentos em companhias estrangeiras por empresas chinesas. No acumulado do ano, as chinesas assinaram um recorde de US\$ 159,2 bilhões em ofertas no exterior. Este volume já ultrapassou todo o montante registrado em 2015, de US\$ 105,7 bilhões e é mais do que o triplo do volume de dois anos atrás, de acordo com Dealogic. A ChemChina e a Syngenta afirmaram nesta segunda-feira que esperam que o acordo seja concluído até o fim do ano.

“Não descansaremos enquanto não libertarmos todos os nossos presos políticos”, afirma Via Campesina. Íris Pacheco - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 22/08/2016.

Em entrevista, Leandro Scalabrin, advogado popular do MAB, compartilha as propostas de ações e ressalta a importância de realizar uma atividade como esta na atual conjuntura de criminalização

Durante Encontro de Direitos Humanos da Via Campesina, que ocorreu entre os dias 18 a 20 de agosto, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), município de Guararema, São Paulo, Advogados populares, Movimentos do campo e organizações discutiram a criminalização das lutas dos movimentos sociais no mundo e tiraram inúmeras propostas de ações que visam fortalecer e ampliar a atuação do Coletivo de Direitos Humanos da Via.

Em entrevista para a Página do MST, Leandro Scalabrin, advogado popular do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), compartilha algumas dessas propostas e ressalta a importância de realizar uma atividade como esta na atual conjuntura de criminalização.

“O Encontro foi positivo, saímos muito motivados e o Coletivo fortalecido e ampliado. Conseguimos aprofundar o tema de nossas Campanhas Internacionais para efetivá-las em cada país e identificamos o desafio comum da criminalização das lutas sociais no mundo. Este trabalho será multiplicado por todos continentes e vamos construir uma rede de proteção para nossos defensores de direitos humanos. Não descansaremos enquanto não libertarmos todos os nossos presos políticos” afirma.

A atividade contou com cerca de 60 militantes de 18 países da África, Ásia, Europa e América e também abordou os Tratados Internacionais que envolvem os direitos camponeses e o que vincula Empresas e Direitos Humanos.

Nesse sentido Scalabrin salienta que a Via denuncia “a arquitetura da impunidade, que faz com que empresas do capital privado controle o Estado e aprove leis, crie instituições para atender seus interesses em detrimento dos bens comuns e dos direitos humanos.” Ou

seja, é preciso que os Estados estabeleçam uma “responsabilidade legal das empresas por suas ações ou omissões quando violam os direitos humanos nos países”.

Acompanhe abaixo entrevista na íntegra.

Um dos focos do debate foi a criminalização dos movimentos, quais ações foram planejadas para garantir a articulação internacional a partir da Via?

As informações que os participantes do Encontro trouxeram indicaram a existência de inúmeros camponeses e camponesas presos, bem como muitos casos de desaparecimento, exílio involuntário, violência e processos criminais em todos os continentes. Trata-se de uma onda de criminalização das pessoas e dos movimentos que fazem parte da Via Campesina. Prisões políticas de pessoas que se organizam para reivindicar direitos e que são tratadas como criminosos.

Diante disso, discutimos a necessidade de fortalecer o coletivo de Direitos Humanos da Via Campesina e construir uma Rede de Direitos Humanos Internacional que possa articular as denúncias de violação dos direitos dos povos do campo e garantir que ações efetivas tenham amplo apoio e divulgação. Além de articular com as redes e organizações já existentes que atuam na área.

Poderia citar alguns exemplos dessa onda de criminalização?

No Brasil, existem 44 presos políticos, 10 camponeses e 34 indígenas. Já utilizaram a lei de segurança nacional contra os movimentos sociais e agora estão utilizando a Lei 12.850, que se refere a organizações criminosas. É o caso do MST em Goiás. Valdir Misnerovicz e Luís Batista Borges, estão presos desde abril e maio, com fundamento na lei da organização criminosa, por defenderem e reivindicarem a reforma agrária no Brasil.

Existem pessoas criminalizadas na França, na Espanha. Há uma situação muito difícil no Paraguai, Argentina e Honduras. As situações são muito parecidas, violência em manifestações, violência policial, prisões, processos. Em Honduras, Berta Cáceres foi assassinada. No Brasil, Elton Brum dos Santos foi morto pela polícia com um tiro pelas costas.

Quais mecanismos foram discutidos e acordados para garantir que ocorram ações ágeis de denúncias em casos de violações?

Para fazer frente a essa difícil realidade, além de propor articular uma rede internacional de Direitos Humanos da Via e entidades aliadas para estabelecermos mecanismos de autoproteção, defesa jurídica e denúncia pública nos sistemas internacionais de Direitos Humanos. Estamos denominando esse conjunto de ações como “Sistema de Alerta”. Um dos principais objetivos é garantir a autoproteção dos defensores dos direitos humanos.

A Via atua com Campanhas de articulação para mobilização e denúncias de diversas questões, no caso dos presos políticos, quais são as propostas a serem construídas nesse sentido?

Tanto a proposta em construção da Rede dentro do coletivo de Direitos Humanos da Via, quanto o Sistema de Alerta, são ações que visam essa mobilização em torno das prisões políticas. Porém, baseados nessas outras Campanhas, vamos fazer uma campanha pela liberdade desses presos políticos. A ideia é que, a partir desta iniciativa, possamos dar visibilidade para este quadro de ofensiva e criminalização dos Movimentos da Via.

Outro ponto fundamental do encontro foi o dos Tratados Internacionais. Quais as iniciativas para ampliar a difusão desses processos?

Vamos realizar seminários para difundir as propostas e nos reunir com os governos nacionais em cada país para apresentar projetos de lei, com nas propostas contidas na Declaração dos Direitos das Camponesas e dos Camponeses e no Tratado Vinculante para Empresas e Direitos Humanos.

Em cada país reivindicaremos que o Governo vote a favor tanto da Declaração dos Direitos dos Camponeses quanto pela criação do Tratado Vinculante para Empresas.

A Via esteve presente na mobilização internacional ocorrida em Genebra em 2014, durante a 26ª reunião do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, quando conseguimos aprovar uma resolução para responsabilizar as transnacionais pelas violações de direitos humanos cometidas no contexto de suas atividades. Foi uma votação apertada, com 20 países votando a favor, 14 contra e 13 abstenções, incluindo a do Brasil. Agora, a ONU criou um grupo de trabalho intergovernamental para a construção das normas vinculantes.

Quais são os principais pontos defendidos pelos movimentos camponeses nesses Tratados?

Denunciamos a arquitetura da impunidade, que faz com que empresas do capital privado controlem o Estado e aprovelem leis, criem instituições para atender seus interesses em detrimento dos bens comuns e direitos humanos. Assim ocorre na construção de barragens, no financiamento de campanhas eleitorais, na contaminação de nossa comida com veneno, na apropriação privada do território e do trabalho.

Os Estados precisam estabelecer a responsabilidade legal das empresas por suas ações ou omissões quando violam os direitos humanos nos países. Um exemplo, é o da Samarco-Vale/BHP no Brasil, com mais de 200 mil pessoas vítimas de violação de Direitos Humanos.

Como a Via avalia o Encontro e quais as expectativas para a atuação do Coletivo de Direitos Humanos no próximo período?

O Encontro foi positivo, saímos muito motivados e o Coletivo fortalecido e ampliado. Conseguimos aprofundar o tema de nossas Campanhas Internacionais para efetivá-las em cada país e identificamos o desafio comum da criminalização das lutas sociais no mundo. Este trabalho será multiplicado por todos continentes e vamos construir uma rede de proteção para nossos defensores de direitos humanos. Não descansaremos enquanto não libertarmos todos os nossos presos políticos.

Leilões da Conab venderam 23,8 mil t de milho. – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 23/08/2016

Em dois leilões de venda ocorridos nesta terça-feira (23), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ofertou 50 mil toneladas de milho à granel para a regularização do mercado. A quantidade comercializada foi de 5,9 mil t e 17,8 mil t, o que chega ao total de 23,8 mil t vendidas. [Clique aqui para ver o resultado.](#)

O produto se destina a criadores que utilizam o grão na ração animal e está armazenado em Mato Grosso, nos municípios de Pedra Preta, Ipiranga do Norte, Sinop, Lucas do Rio Verde, Nova Ubiratã, Sorriso e Várzea Grande. O valor total arrecadado com as vendas superou R\$ 9,99 mi.

Esses pregões fazem parte das 500 mil t de milho que foram autorizadas pelo Conselho Interministerial de Estoques Públicos (CIEP) no mês passado, para conter a alta na

cotação do milho e seu impacto nos preços das carnes de frango e de suínos no mercado interno. Outras 500 mil t já haviam sido comercializadas pela Conab entre fevereiro e março deste ano, com o mesmo objetivo.

Legisladores dos EUA vão analisar onda de fusões no setor agrícola. Dow Jones Newswires – Site O Estado de São Paulo. 23/08/2016

Legisladores nos EUA pretendem realizar uma audiência para examinar a onda de fusões no mercado global de sementes e defensivos. O senador republicano Charles Grassley, de Iowa, presidente da Comissão Judiciária do Senado, disse que os negócios entre os maiores players do setor podem reduzir a concorrência e resultar em preços mais altos para produtores, num momento em que a renda agrícola deve atingir o menor nível em mais de uma década.

"Na maioria dos casos, quando você tem menos concorrência, os preços sobem, e os consumidores pagam mais", disse Grassley em entrevista. "No caso da agricultura, produtores são tanto consumidores (de sementes e defensivos) quanto vendedores."

Ontem, a Comissão sobre Investimento Estrangeiro nos Estados Unidos (Cfius, na sigla em inglês) aprovou a aquisição da suíça Syngenta pela estatal chinesa ChemChina, um negócio avaliado em US\$ 43 bilhões. A Syngenta, uma das maiores empresas de pesticidas e sementes, gera cerca de 25% de sua receita na América do Norte.

DuPont e Dow Chemical, que possuem grandes divisões de agroquímicos e sementes, pretendem concluir sua fusão até o fim deste ano. A companhia combinada, DowDuPont, será posteriormente dividida em três empresas distintas, com foco em agricultura, materiais industriais e produtos especiais.

A gigante alemã Bayer, que também produz sementes e pesticidas, vem tentando desde maio chegar a um acordo para adquirir a Monsanto, maior fornecedora mundial de sementes. Embora a Monsanto tenha rejeitado as propostas da Bayer, as companhias continuam mantendo discussões para um possível negócio.

Segundo Grassley, a audiência, que deve ocorrer em setembro, terá como objetivo garantir que os órgãos antitruste do Departamento de Justiça e da Comissão Federal de Comércio analisem cuidadosamente essas propostas de fusão. A audiência deve incluir o

ponto de vista das companhias de sementes, e a comissão também vai analisar o possível impacto dessas operações sobre os consumidores, disse o senador.

Grassley é um dos legisladores que pediram em março uma avaliação mais detalhada da fusão entre ChemChina e Syngenta, citando preocupações com a segurança alimentar.

Na segunda-feira, a senadora democrata Debbie Stabenow reiterou o pedido para que o Departamento de Agricultura (USDA) e a Administração de Alimentos e Medicamentos (FDA) tenham um papel permanente na Cfius. "A segurança alimentar é crítica para a segurança nacional e deve ser levada em consideração durante o processo de avaliação da Cfius", disse.

Fetraf busca parcerias para melhorar a vida de agricultores familiares no campo. – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 22/08/2016

A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Pará (Fetraf/PA) reuniu-se com gestores da Secretaria de Segurança Pública do Estado para buscar soluções referente aos conflitos agrários, recorrentes da região.

O Pará é o maior em número de assassinatos, segundo os dados do relatório Conflitos no Campo de 2014 realizado pela Comissão Pastoral da Terra. Diante disso, os agricultores familiares foram levar os relatos e casos que acontecem à secretaria. “Hoje viemos em busca de aproximação da Fetraf com a segurança pública do governo, para juntos acharmos soluções para os conflitos que a cada ano só aumentam e nada é feito. É preciso justiça e segurança, porque muitas vezes quando vamos denunciar o desmatamento e o mercado de madeira irregular, somos ameaçados e muitos já morreram por defender a terra e o meio ambiente”, diz a coordenadora de Meio Ambiente da Fetraf, Viviane Oliveira.

A coordenadora avaliou que a reunião foi positiva e através dessa parceria ficou acordado a realização de dois fóruns na cidade de Marabá, que tratará do tema violência no campo e questões ambientais. “Vamos levar um dossiê com todos os últimos acontecimentos e a

ocorrência de cada região. Esperamos que dessa forma possamos abrir portas para aumentar a segurança no campo e mudar esse quadro de violência”, explica Viviane.

No mesmo dia, a Fetraf também tratou com o secretário extraordinário do Programa Municípios Verdes (PMV), Justiniano Netto, sobre uma parceria com a Fetraf para ajudar os agricultores familiares ao acesso aos benefícios do programa.

“Queremos que o nosso agricultor familiar tenha acesso aos benefícios, a informação e formação, então essa parceria é importante para alcançarmos resultados positivos”, diz a coordenadora Viviane.

O projeto entre o PMV e o Fundo Amazônia tem como objetivo apoiar a implementação em larga escala do cadastro ambiental rural (CAR) e fortalecer a gestão ambiental municipal, de modo a contribuir para o combate ao desmatamento ilegal e a degradação florestal no estado do Pará.

Ministro incentiva superintendentes federais de Agricultura a tomarem decisões de gestão. – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 25/08/2016

O ministro Blairo Maggi participou, nesta quinta-feira (25), em Brasília, de reunião com os 27 superintendentes federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para discutir o planejamento de ações de modernização e diretrizes para 2017 e o alinhamento com a gestão atual.

Durante o encontro, Maggi incentivou os superintendentes a não terem medo de tomar decisões. “Quando a gente toma as decisões dentro da normalidade das regras e com bom senso é muito difícil que você seja atropelado.”

O ministro se referia ao fato de muitas superintendências esperarem por determinações de Brasília para adotar medidas que poderiam solucionar problemas locais. Blairo Maggi lembrou ainda que o papel do Mapa é equilibrar e regular o sistema e precisa ser ágil nessa atribuição.

A fala do ministro está em sintonia com o espírito do Plano Agro +, lançado nessa quarta-feira (24) durante solenidade com o presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto. O

plano é voltado à desburocratização, à modernização e a maior eficiência do Mapa, a fim de que possa contribuir com o aumento da competitividade do setor produtivo agropecuário, o que deve ter resultado nas exportações do país.

“O bom de trabalhar é ver as coisas funcionarem. Ver as coisas andarem. Vocês não são importantes porque dizem não, mas sim porque dizem sim, porque buscam soluções, buscam alternativas”, reforçou Blairo Maggi.

Pontos em comum das regiões

Na reunião, foram analisados pontos em comum de cada região com o objetivo de alinhar ações que permitam a modernização e autonomia das superintendências, a desburocratização de processos e aproximação entre esses órgãos.

A coordenadora-geral de Apoio às Superintendências, Lizane Soares Ferreira, disse que a postura favorável do Mapa em relação à autonomia possibilita agilidade e redução de custo. “Assuntos e ações que, eventualmente, estão centralizados no Mapa podem ser decididos por meio dos superintendentes e suas equipes. Desburocratizar esses processos permite melhorias na gestão em cada estado”, acrescentou.

No planejamento de diretrizes para 2017, estiveram na pauta a redução de custos por meio da terceirização de frotas de veículos que vão a campo e também a simplificação de procedimentos realizados entre as superintendências e o Mapa.

A Medida Provisória que cria mecanismos para renegociação de dívidas dos produtores rurais é aprovada em Comissão Mista. – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 25/08/2016

A Comissão Mista que analisa a Medida Provisória 733, do Congresso Nacional, aprovou no início da tarde desta quarta-feira (24/8) relatório, apresentado pelo, deputado Julio Cesar (PSD/PI), com propostas para a liquidação e a renegociação da dívida de crédito rural contratadas na região Nordeste e nos municípios do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo e dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais que integram a região da Sudene. O texto segue para o plenário da Câmara dos Deputados.

A MP 733 que, em sua versão original, já contemplava os contratos formalizados até 2011, sem limite de valor contratado com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ou mistos do FNE com outras fontes, foi aprimorada com mais benefícios para os produtores rurais e ainda foi ampliado seu alcance para os agricultores da região Norte. Conforme a MP, os produtores têm até o dia 29 de dezembro de 2017 para liquidar suas dívidas com desconto que variam entre 10% e 95%, dependendo da data da contratação da dívida e valor originalmente contratado.

O prazo para os produtores que preferirem renegociar suas dívidas também vai até o dia 29 de dezembro de 2017, entretanto, para esses casos os descontos são menores, podendo chegar a 80%. Embora o texto original da MP 733 não determinasse a suspensão das execuções judiciais em curso, essa demanda dos produtores foi incluída no relatório, que após virar lei, suspenderá, durante o prazo de renegociação, essas execuções, assim como as novas cobranças judiciais.

Outras importantes alterações foram incorporadas pelo deputado Júlio César ao relatório, como a definição da metodologia de cálculo da dívida a ser liquidada, retornando ao contrato de origem e expurgando todos os encargos de inadimplência e as multas. No caso de operações contratadas com outras fontes que não seja recursos do FNE, os descontos para liquidação que estavam restritos ao valor originalmente de até R\$ 200 mil foi ampliado para até 500 mil reais.

As condições de renegociação foram mantidas conforme proposto inicialmente na MP 733, de 2016, que determina, ainda, que cada uma das partes deverá arcar com as despesas de honorários advocatícios. Sendo assim, as instituições financeiras não poderão cobrar dos agricultores despesas relacionadas a esses serviços.

Para o vice-presidente da CNA e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Rio Grande do Norte (FAERN), José Vieira, a MP 733 é uma reivindicação antiga do setor e “configura uma oportunidade de reinserção dos produtores na economia rural, voltando a produzir e gerar empregos”.

A medida provisória que já autoriza a concessão de descontos para a liquidação, até 29 de dezembro de 2017, das dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas na Dívida Ativa da União (DAU), sofreu alterações com o objetivo de melhorar sua aplicação, ampliando seu alcance, pois em seu texto original, estava limitado às dívidas

inscritas até 31 de dezembro de 2014. No relatório aprovado, esse prazo foi ampliado para dívidas inscritas, ou encaminhadas para inscrição, até a data da publicação da lei, beneficiando milhares de produtores com dívidas vencidas entre 2014 a 2016, que não haviam sido inscritas ou que estão em processo de inscrição.

Em relação aos descontos para liquidação na DAU, foram mantidas as sete faixas de descontos, que variam de 60% para dívidas acima de 1 milhão de reais a 95% para dívidas de até 15 mil reais, entretanto, o relator introduziu um desconto de valor fixo a ser aplicado a partir da 2ª faixa, com o objetivo de criar o efeito cascata para os descontos com a mudança de faixa. É uma inovação em favor dos agropecuaristas, lembrando que no caso da DAU, o benefício concedido para a liquidação da dívida se aplica aos produtores de todo o país.

Segundo o vice-presidente diretor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Paraíba (FAEPA/PB), Mário Borba, “os benefícios concedidos na MP 733 representam uma vitória dos produtores nessa luta que é antiga e perpassou vários governos sem uma solução definitiva”. Para ele “o governo precisa cuidar também das dívidas contratadas a partir de 2012 que estão vencidas ou irão vencer durante o ano de 2016, pois a seca que dura mais de cinco anos, considerada a maior dos últimos 100 anos, afetou a renda dos produtores que não têm condições de honrar as parcelas desse ano, portanto, precisam ser prorrogadas, mas é um tema que pode ser decidido pelo Conselho Monetário Nacional”.

Outro ponto importante que consta da medida provisória é a permissão para que o Ministério da Integração Nacional possa propor ao Conselho Monetário Nacional (CNM) um redutor sobre os encargos financeiros cobrados nas operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), garantindo a essas regiões, encargos mais favorecidos, tomando como base a renda domiciliar per capita da região. Quanto menor for esta renda, maior será o redutor.

“Todas as nossas conquistas correm riscos de serem anuladas”, alerta advogado popular Jacques Alfonsin, da Renap, participa de Seminário debate Democracia, Direitos Humanos e Acesso à Justiça em Porto Alegre. Catiana de Medeiros - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 26/08/2016.

"A Democracia no Brasil está sendo respeitada? Estamos vivendo um golpe de Estado?" Estes foram alguns dos questionamentos de Jacques Alfonsin, da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (Renap), aos participantes do seminário Democracia, Direitos Humanos e Acesso à Justiça, realizado na última quinta-feira (25) na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, no Centro Histórico de Porto Alegre.

“A Constituição Federal diz que todo o poder emana do povo. Mas se o poder põe em causa a soberania nacional devemos nos perguntar quem está exercendo esse poder. É o povo? Não há legalidade num sistema que não tenha que ser legítimo. Eduardo Cunha era o maior interessado no golpe e foi quem presidiu todas as sessões”, declara Alfonsin, ao se referir ao processo de impeachment de Dilma Rousseff, acrescentando que a presidenta afastada não está sendo impedida, mas sim deposta em um golpe de Estado.

O público evento foi composto, em sua maioria, por estudantes de cursos de Direito que também refletiu sobre os efeitos que uma possível mudança de governo, diante a aprovação do impeachment, causaria aos direitos humanos e sociais.

De acordo Alfonsin, A privatização do Pré-sal e da saúde e as reformas trabalhistas são demonstrações do golpe e da usurpação do poder público, que também atingem a Reforma Agrária. “Os Sem Terra não podem ter melhorias econômicas e sociais, eles têm que ser miseráveis a vida inteira segundo o Tribunal de Contas da União. Este órgão desconsidera o fato de que se os assentados hoje têm algum bem é graças à luta pela terra e organização dos assentamentos. Todas as nossas conquistas correm riscos de serem anuladas”, alerta o advogado.

Para Mariana Py Muniz, do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do RS, que também participou do debate, o Brasil vive um momento de criminalização dos movimentos populares dentro do poder judiciário, o qual tem se mostrado elitista e conservador e não conhece a realidade da maioria dos brasileiros.

“As violações dos direitos humanos persistem. Vemos prisões ilegais e abusivas, vemos desaparecimentos forçados. O mais apavorante é que isso acontece dentro de um marco que se diz democrático. A prisão de estudantes e jornalista na Sefaz [Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul] e a repressão à liberdade de expressão nas Olimpíadas são alguns exemplos de violações”, explica Mariana.

Segundo a defensora pública, o poder judiciário é reprodutor de uma violência que já foi enfrentada pela população pelo descrédito e omissão dos demais poderes. “Passamos a ver a politização de direita do judiciário e o desmonte da Constituição Federal”, argumenta.

Já Salete Carollo, dirigente estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), reafirma que há uma crise na justiça e democracia brasileira. A assentada falou da criminalização que o Movimento sofre no país, com a prisão de militantes e enquadramento na lei antiterrorismo, e as dificuldades enfrentadas para manter alguns direitos, como o acesso à educação.

“O judiciário é autoritário, não existe democracia neste poder. A prisão do companheiro Valdir Misnerovicz é a prova de que ser liderança de movimento popular é ser criminoso. A luta pela terra foi criminalizada há muito tempo e ao longo da história houve muita repressão e prisão de Sem Terra. Já travamos muitas batalhas com a justiça e governos aliados à elite e ao capital para mantermos nossas conquistas, como as escolas itinerantes e cursos superiores em Direito, em Goiás, e Medicina Veterinária, aqui no estado”, complementa.

A assentada relatou ainda a luta do MST e das mulheres da Via Campesina por uma nova agricultura, que seja capaz de oferecer alimentos saudáveis, produzidos sem o uso de venenos, para a população do campo e da cidade. “A terra é um sujeito da natureza, é um recurso que tem função política e social”, declara Salete, acrescentando que o desafio do povo é ser revolucionário para defender a dignidade e os seus direitos. “Temos que ser consciência crítica e construir um novo paradigma, sentar com quem está contrário a nós e fazer a disputa de ideias. Isso é fazer revolução”, conclui.

Com foco nos movimentos populares, de acordo com o advogado Rodrigo Medeiros, o seminário Democracia, Direitos Humanos e Acesso à Justiça é uma ferramenta de articulação da sociedade para discutir o aperfeiçoamento da Democracia e controle social das instituições do sistema de justiça.

“Essas instituições existem para servir à população. Por uma questão histórica, estruturalmente, o judiciário é o poder que ainda está mais distante da sociedade. Isto é, o reflexo das desigualdades do Brasil que precisam ser superadas. Ademais, o país vive

um momento de instabilidade democrática, o que exige destas instituições redobramos esforços na defesa de direitos e garantias”, completa Medeiros.

O evento se encerra na tarde desta sexta-feira (26) com lançamento do livro Sistema de Justiça: Olhares críticos sobre o Judiciário em 2015, e da campanha Mais Direitos, Mais Democracia.

O Seminário é organizado pelo Fórum da Justiça; JusDH; Rede Nacional de Advogadas/os Populares (Renap); Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Porto Alegre); Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (Saju/UFRGS); Acesso-Cidadania e Direitos Humanos; e Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do RS. Ele tem o apoio da Fundação Luterana de Diaconia (FLD); Campanha Mais Direitos, Mais Democracia; Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (FESDEP) e Defensoria Pública da União (DPU).

Pistoleiros atacam trabalhadores rurais em Roraima. – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/08/2016

No último dia 27 de agosto, um grupo de 15 trabalhadores rurais foi atacado com disparos de arma de fogo quando se dirigia a uma ocupação de terras da União reivindicada para reforma agrária. Segundo os trabalhadores, ligados ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Iracema-RR, eles reivindicam uma área de concentração fundiária por fazendeiros, dentro do Projeto de Assentamento Ajanari, localizado na região de Campos Novos, pertencente ao município de Iracema, Roraima, e que faz divisa com Mucajaí, um projeto criado pelo INCRA em 2003.

No momento do ataque o grupo se dispersou e, inicialmente, suspeitou-se de uma morte e de dois feridos, pois os três companheiros permaneceram desaparecidos, até serem localizados por uma equipe de policiais militares, confirmando que não havia nenhum ferido. Os autores dos disparos seriam os empregados de um dos fazendeiros que ocupam a região.

Numa reunião da Comissão Pastoral da Terra de Roraima (CPT-RR) com dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Iracema, no dia 28 de agosto de 2016, um senhor relatou que, após o atentado, a casa que ele construía no

lote, próximo da área do atentado, foi queimada de maneira a intimidá-lo, e que os trabalhadores que resistem na ocupação estão sendo constantemente ameaçados por pistoleiros contratados por fazendeiros que alegam ter posse das terras naquela área. O grupo inclusive mostrou fotos desses pistoleiros, o que comprova seu relato. Os representantes do Sindicato já têm realizado numerosos requerimentos, petições, esclarecimentos, e boletins de ocorrência referentes ao conflito, tentando providências das autoridades para proteção dos trabalhadores.

Conforme relatório do delegado de Polícia Civil, são sete os fazendeiros envolvidos no conflito, todos residem na capital Boa Vista. Uma parte destes fazendeiros afirma que compraram as propriedades de donos anteriores. A outra parte afirma possuir autorização do INCRA para ocupar as propriedades. Todos os contratos de compra e venda teriam sido acordados no mesmo dia (12 de dezembro de 2009).

Os representantes dos sindicatos estavam na capital de Boa Vista visitando diversas repartições (Polícia Federal, Ministério Público Federal, INCRA, ITERAIMA) na tentativa de organizar uma Audiência Pública sobre o conflito, pois os trabalhadores rurais continuam sendo ameaçados pelos fazendeiros e a polícia local não intervém, mesmo ciente dos ataques sofridos por estes trabalhadores rurais e suas famílias.

Fetraf ajuda agricultores familiares realizarem sonho de plantar em suas próprias terras. – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 29/08/2016

A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) reuniu agricultores familiares na região de Pernambuco, para explicar e viabilizar o acesso ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Mais de 10 famílias nos municípios de Jupi e Amaraji deram o ponta pé inicial para o financiamento de terras.

O PNCF é uma política pública do Governo Federal, que permite que agricultores familiares e trabalhadores rurais com ou sem acesso à terra, financiem sua propriedade com o objetivo de produzir e comercializar sua própria produção. É executado em parceria com os governos estaduais, cooperativas, sindicatos, movimentos sociais e Organizações não governamentais.

O Sr. Adelino Gomes, do município de Jupi, é agricultor familiar desde 9 anos e diz que é a primeira vez que tem a chance de ter sua própria terra para produzir. “A nossa vontade é de trabalhar e nosso sonho é que isso se realize na nossa terra. Nunca tive uma oportunidade dessa antes. Acredito que agora irá dá certo. A terra é boa para produzir milho, feijão, mandioca (...)”, diz com esperança.

Por meio desse convênio a Fetraf-Brasil e o MDA/SRA, junto com as Fetrafs estaduais da Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Piauí, Paraná e Santa Catarina estão expandindo às informações aos agricultores e treinando os sindicatos para garantir a elaboração das propostas com mais agilidade e qualidade.

Fetraf une-se aos movimentos pela defesa da democracia. Patrícia Costa - Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 29/08/2016

A agricultura familiar levanta sua bandeira na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, nesta segunda-feira 29.08, pela democracia do País. O momento é de desconjuntura política e retrocessos com o governo que se instalou por meio de golpe.

Não muito diferente do que ocorreu em 1964, os movimentos sociais vivem novamente a repressão política. Hoje, o Brasil acompanhou a presidente Dilma Rousseff, que se defendeu no senado. “Diante das acusações que contra mim são dirigidas neste processo, não posso deixar de sentir, na boca, novamente, o gosto áspero e amargo da injustiça e do arbítrio. E por isso, como no passado, resisto. Não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes. No passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente atentar contra a democracia e contra o Estado do Direito”.

A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) une-se a todos os movimentos que lutam contra as inúmeras medidas que marginalizam, excluem os trabalhadores (as), acabam com espaços e a legitimidade da participação popular nas discussões das políticas públicas. E em marcha, os movimentos sociais levam nas mãos a bandeira pelo direito de ter direitos, como também mantê-los.

A fala de Dilma, a votação do impeachment e o mundo paralelo da mídia. – Site da Carta Capital. 31/08/2016.

Os últimos dias do julgamento da Presidenta no Senado foram marcados, novamente, por um discurso legitimador da derrubada de Dilma pelos grandes meios

Manifestantes fazem protesto contra Michel Temer e contra a Globo em frente ao Palácio da Alvorada

O impeachment foi aprovado e a presidenta Dilma Rousseff foi definitivamente afastada. Ao longo dos últimos meses, analisamos por diversas vezes o papel que os maiores meios de comunicação desempenharam na legitimação deste impedimento, na desconstrução e negação dos argumentos da defesa de Dilma e na formação de uma parcela da opinião pública contra o governo legitimamente eleito nas urnas.

Nas últimas 48 horas, tal postura não se alterou, consolidando uma linha editorial que já rendeu livros e certamente será objeto de muitas pesquisas no futuro. Uma vez mais na história brasileira, a urgência da democratização dos meios, de diversidade e pluralidade midiática se confirmou, sem as quais nossa democracia seguirá em permanente risco. Explicamos por quê.

A censura ao depoimento de Dilma

Diferentemente do que ocorreu quando da admissibilidade do impeachment na Câmara dos Deputados, a reta final da votação no Senado, incluindo o depoimento inicial da presidenta, não foi transmitida ao vivo pela TV aberta. Não se suspendeu a transmissão de novelas, cultos nem mesmo de programas de entretenimento.

Enquanto Dilma fazia seu discurso, a principal emissora do país considerou mais relevante ensinar dotes culinários à população. A transparência ao debate exporia as fragilidades da acusação, explicitaria e confirmaria a essencialidade do julgamento político, “pelo conjunto da obra” – e não jurídico – pelos senadores.

Assim, a imensa maioria do povo brasileiro, que não tem acesso à TV por assinatura, não teve seu direito de acesso à informação garantido para que pudesse, livremente, formar

sua opinião sobre o interrogatório de Dilma. Teve que se contentar com a seleção discricionária e com a narrativa editada pelos meios daquilo que havia ocorrido ao longo de 14 horas no dia 29 de agosto.

Nem mesmo a *TV Brasil*, emissora pública de comunicação, retransmitiu a íntegra das discussões. O princípio constitucional que rege o funcionamento das concessões públicas de rádio e TV foi, assim, também uma vez mais, violado.

A edição da reta final dos debates no Senado

O depoimento de Dilma foi considerado firme e consistente por dezenas de juristas, advogados, jornalistas. Nos corredores do Congresso, cresceu o receio por parte da oposição de que a fala da presidenta aumentasse as chances da defesa conseguir votos contra o impedimento. Coube então, à imprensa, reforçar a tese dos opositores de Dilma de que ela não havia “respondido aos questionamentos” da acusação.

No *Jornal Nacional* da noite do dia 29, os trechos escolhidos para “resumir” o dia foram os pouquíssimos em que a depoente foi menos clara e objetiva em suas respostas. A jornalista Zileide Silva, ao vivo do plenário, reforçou que a presidente não havia acrescentado nada de novo nem respondido às perguntas.

Na GloboNews, Renata LoPrete chegou a afirmar que “os senadores perguntam maçã e ela responde banana”, “martelando a tese do golpe”. Chegou-se a comparar a presidenta Dilma com Rolando Lero, personagem humorístico que inventava respostas quando questionado por um professor. O escárnio não teve limites.

A capa do jornal *O Estado de S.Paulo*, do dia 30, mostra uma presidenta derrotada sob a manchete “Juízo final”, quando a imagem que todos os que acompanharam as 14 horas de depoimento foram de uma presidente convicta de sua posição e de seus atos. As imagens se repetiram em *O Globo*.

Inúmeros comentaristas preferiram destacar que "o discurso de Dilma foi apenas um registro histórico para o documentário" sobre o impeachment que está sendo gravado, desqualificando os argumentos da defesa e a importância das respostas da presidenta para o julgamento ainda em curso.

O jogo do fato consumado

A maior parte da imprensa não apenas comprou o discurso da acusação e de partidos como o PSDB de que a Constituição foi desrespeitada nos atos do governo Dilma. Num contexto em que um número de senadores ainda suficiente para evitar o impeachment não havia declarado sua posição final, os comentaristas dos canais por assinatura seguiram jogando água num dos lados do moinho, afirmando que o impedimento estava definido e chegando a fazer chacota da busca, pela defesa, da mudança de voto de alguns parlamentares.

“Este já ganhou um cargo, não tem mais perigo de mudar de lado”, afirmou um apresentador da mesma GloboNews. Na emissora, Gerson Camarotti ressaltou que o processo não teria reversão. Num contexto em que muitos senadores, independentemente do mérito, querem votar com o lado “vencedor” da disputa, o discurso midiático de que o jogo está definido contribui, sim, para a própria definição desses votos.

A agenda econômica no meio do julgamento

A utilização da crise e dos indicadores econômicos atuais na sustentação dos argumentos dos senadores pró-impeachment foi constante, mesmo que tais questões não sejam provas para comprovar a acusação de crime de responsabilidade por parte da presidenta Dilma. No Parlamento, a retórica cabe. Mas a imprensa também ajudou para isso.

Ao longo dos últimos dias, toda a cobertura do julgamento foi permeada por matérias e comentários de jornalistas que, por um lado, destacaram os problemas econômicos do país desde 2014 e as perspectivas de melhora na economia numa gestão Michel Temer.

No canal por assinatura do principal grupo de comunicação, a expressão “mundo paralelo” foi usada à exaustão para caracterizar as respostas de Dilma aos questionamentos dos senadores. “A percepção dela sobre causas e consequências é invertida em relação à maioria dos analistas”, afirmou Dony De Nuccio. “Dilma não fez o dever de casa. Todos os economistas já alertavam e acabou levando a isso. É uma realidade paralela”, completou Camarotti.

No *Bom Dia Brasil*, Alexandre Garcia chegou a repetir os argumentos de Janaína Paschoal e afirmar que é a elite econômica que está defendendo o governo Dilma, citando a senadora Katia Abreu e o presidente da CNI. Nenhum analista econômico com visão diversa foi convidado a opinar sobre o tema.

A criminalização permanente

Como não foi possível invisibilizar os inúmeros protestos e atos em defesa da democracia que seguiram ocupando as ruas nos últimos dois dias – ao contrário das manifestações pró-impeachment, que desapareceram –, os principais canais de TV optaram por mostrar os atos que resultaram em “confronto” com as forças de segurança.

O destaque foi para as manifestações em São Paulo, fortemente reprimidas pela Polícia Militar do governo Alckmin e que geraram imagens “de violência” nas ruas. As dezenas de outros atos pelo país receberam flashes quase instantâneos, pois teriam sido “bem menores que as anteriores”.

O noticiário, assim, ratificou sua tese criminalizadora dos movimentos sociais, tratados sempre com “baderneiros e arruaceiros”, como definiu o senador Aloysio Nunes em seu discurso no dia 30.

A cereja criminalizadora veio com o encadeamento, sempre presente, da notícia sobre a suspensão da isenção de imposto do Instituto Lula pela Receita Federal, reforçando o clima de indignação contra o Partido dos Trabalhadores e a tese do impeachment como mecanismo de combate à corrupção. “É um crime continuado”, sentenciou Merval Pereira.

Nenhuma referência às investigações contra Eduardo Cunha, iniciador do processo de impeachment, e contra Michel Temer, seu direto beneficiário, foram constatadas.

Lá fora, outro jornalismo

Esta semana, os editoriais do *Le Monde* (França) e *The Guardian* (Inglaterra) foram explícitos ao denunciar a farsa vivenciada no Brasil. No *El País* (Espanha), foram diversos os artigos explicando o por que da acusação de golpe. Nesta quarta, o *The New York Times* (Estados Unidos) cravou: “O impeachment mudará o governo e não a política”.

A imprensa internacional, como fez ao longo dos últimos meses, seguiu mostrando fatos e opiniões diferentes, silenciadas na mídia brasileira. Nenhum mérito nisso. Trata-se de ética jornalística, algo que passou longe da cobertura do impeachment.

Chegamos ao final deste processo histórico com inúmeras consequências e danos à nossa democracia. Os retrocessos serão muitos, inclusive no campo das comunicações, para a continuidade de um sistema público de mídia, para a existência dos meios populares e

comunitários, para a gestão com base no interesse público dos serviços de telecomunicações, internet e radiodifusão.

Na parte que nos cabe deste debate, seguiremos defendendo mais diversidade e pluralidade, mais liberdade de expressão. Enquanto ela não for para todos, novos e tristes episódios como este poderão se repetir, com o apoio também daqueles – incluindo a grande mídia – que, definitivamente, escolheram um lado para estar.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa